

O RIO DE JANEIRO NA VIRADA DO SÉCULO: MERCADO DE TRABALHO, VIOLÊNCIA E FORMAS DE MOBILIZAÇÃO E AÇÃO COLETIVAS

Licia Valladares¹
Edmond Préteceille
Bianca Freire-Medeiros
Filippina Chinelli

INTRODUÇÃO

Varios cientistas sociais latino-americanos vêm tomando como uma de suas preocupações centrais, os impactos das políticas de ajuste neoliberal sobre as diferentes sociedades do continente na virada do século XX. Tanto a chamada “década perdida” (anos 1980) como a década de 1990 têm sido estudadas sob o ângulo da crise do fordismo e dos efeitos recessivos das políticas de ajuste monetarista o que teria como consequências a redução do emprego formal e o crescimento do emprego precario e informal e do desemprego (Castro e Leite, 1994; Abramo e Montero, 1995; Camargo (org), 1996; Diniz, 1998; Wanderley, 1999; Machado da Silva, 2003).

¹ Respectivamente: Socióloga, coordenadora do UrbanData-Brasil (UCAM/Iuperj), pesquisadora-associada do IUPERJ, professora na Université de Lille-1, e membro do CLERSE., França; Sociólogo, Diretor de Pesquisas do CNRS no Observatoire Sociologique du Changement e professor do Institut d’Etudes Politiques de Paris; socióloga, professora associada ao Departamento de Ciências Sociais da UERJ e pesquisadora do UrbanData-Brasil (UCAM/Iuperj); antropóloga, professora adjunta da UFRJ e pesquisadora do UrbanData-Brasil (UCAM/Iuperj). Os autores agradecem a eficiente e dedicada colaboração de Lidia Medeiros e Suelyemma Franco, também pesquisadoras do UrbanData-Brasil. Licia Valladares coordenou a equipe responsável por esta pesquisa.

Uma retomada em detalhes desta literatura fugiria aos objetivos específicos deste texto. Mas cabe lembrar que, embora existam diferenças consideráveis nos percursos empreendidos pelos países latino-americanos, algumas importantes recorrências podem ser assinaladas tendo em vista que as características da nova “era neo-liberal” estão fortemente relacionadas não somente à redefinição da divisão internacional do trabalho e ao novo modelo de acumulação capitalista, caracterizado pela flexibilização da economia em todos os níveis, mas também às políticas econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional nos anos 1980 e 1990.

Em linhas gerais e em termos políticos, insiste-se no “Estado mínimo” resultante do enxugamento da ação direta do Estado e da privatização de empresas estatais em diferentes setores da economia, na maioria dos casos lesiva ao interesse público. No debate acadêmico, o novo contexto, que se traduz na redução da esfera pública, privilegiaria políticas sociais focalizadas e daria relevância ao papel da sociedade civil através do crescimento de organizações não-governamentais e da parceria com empresas privadas.

No que se refere à economia propriamente dita, os estudos chamam a atenção para os impactos da reestruturação produtiva, possibilitada por novas tecnologias e formas de gestão da força de trabalho, com vistas ao incremento da produtividade. Associado a este processo gradual de reestruturação, atenta-se para um processo de descentralização e desverticalização da indústria, cujas plantas estiveram na América Latina até os anos 1960/1970 localizadas sobretudo em áreas de grande densidade urbana. A partir dos anos 1980 a criação de novos pólos tecnológicos fora das cidades mais importantes, desarrefeceu a economia das antigas *primate cities*, impondo importantes transformações no mercado de trabalho urbano: forte redução do emprego industrial, seu deslocamento para o setor de serviços e o fortalecimento do chamado terciário avançado voltado para a prestação de serviços altamente qualificados

às indústrias; e por outro contactou-se o incremento generalizado do desemprego, inclusive nos setores mais avançados da economia e para profissionais altamente qualificados. A estes aspectos devem ser somados a desregulamentação do mercado de trabalho e a crescente desjuridificação das relações de trabalho, vis a vis ao incremento da informalidade (o crescimento do auto-emprego e da subcontratação), que atinge, inclusive, os setores médios, à precarização da relações de trabalho, ao empobrecimento da força de trabalho e ao forte incremento da desigualdade social.

Para o caso do Brasil, o ultimo dos assim chamados países “emergentes” a empreender reformas econômicas segundo o cânon abertura comercial e reforma do Estado (Cardoso, 2003), pode-se afirmar que há consenso entre os críticos da modernização liberal sobre seus efeitos nefastos sobre as condições de vida e as possibilidades de mobilização e ação coletiva de vastos segmentos da população, sobretudo urbana. Nos anos 1990 consolidam-se tendências já perceptíveis na década anterior, período em que o novo modelo de acumulação teria produzido, nas cidades de globalização periférica, o surgimento de novos mecanismos de vulnerabilização. Tais mecanismos, ao conjugar formas tradicionais e mais contemporâneas de dominação, conformariam no Brasil, para além dos impactos generalizáveis aos demais países da América Latina, o incremento do déficit habitacional e o paralelo crescimento dos espaços informais e precários de moradia -- as favelas, loteamentos clandestinos, favelização de loteamentos clandestinos, etc.; o crescimento da “economia da ilegalidade” (Gohn, 1997a:298), às vezes vista como “empresarialidade forçada” (Portes 2003), outras como uma questão ligada à degradação das agências estatais de controle social que não logram mais se contrapor de forma eficaz ao contrabando, ao tráfico de drogas e de armas, à violência, à corrupção e à impunidade; o arrefecimento dos movimentos sociais populares de base, os quais vêem seu poder de influência diminuir já que as políticas integradoras exigem a

interlocução com organizações institucionalizadas; e, por fim, o aguçamento do individualismo de massa (Peralva, 2000) que se traduz no surgimento de novas formas de sociabilidade, inclusive violentas, que perpassam verticalmente a estrutura social (Machado da Silva, 2002).

Cabe, entretanto, indagar sobre a pertinência analítica de se creditar toda e qualquer mudança econômica, social e política ao ajuste neoliberal, como é o caso de algumas reflexões mais apressadas que acabam por conduzir menos à crítica substantiva e mais à apreensão ideológica dos graves problemas de toda ordem que atingem o continente. Além disso, tendem a ignorar as especificidades de cada sociedade, sobretudo seus diferentes percursos históricos e a relevância das respectivas tradições culturais. Assim, este texto procura oferecer uma alternativa às generalizações não calcadas em fontes empíricas – ou que as interpretam de forma inadequada --, em boa parte da vezes construídas para ratificar conclusões que antecedem a interpretação cuidadosa dos dados e ignoram o rigor metodológico.

A partir desta perspectiva, este artigo trata de algumas das mudanças havidas no Brasil e, em particular, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, durante os últimos vinte anos. Tenta-se responder ao seguinte conjunto de questões: a) Em que medida o ajuste estrutural e as políticas neoliberais tiveram impacto relevante nos padrões de urbanização que se verificam ao final do século XX? b) Até que ponto são responsáveis por mudanças no sistema urbano e na organização do mercado de trabalho? c) Até que ponto as políticas neo-liberais permitem explicar as transformações na estrutura social: as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, a distribuição da riqueza e da renda, as desigualdades sociais ?d) Quais foram as repercussões nos padrões relacionados à violência urbana? e) Em que medida e como estas transformações impactaram as formas convencionais de mobilização e ação coletiva de segmentos populares – antes hierarquizadas e convergentes,

hoje horizontalizadas e fragmentadas? f) Em que medida e como levaram a parcerias entre o poder público e a sociedade civil e ao chamamento das empresas privadas à sua “responsabilidade social”?

Este trabalho está dividido em duas partes e resulta da síntese resumida de dois textos independentes (Valladares e Préteceille, 2003; Freire-Medeiros e Chinelli, 2003) escritos originalmente no âmbito do projeto “Urbanization and Models of Development in Latin America” dirigido por Alejandro Portes. Na primeira parte, com base em dados quantitativos, analisam-se as transformações havidas no sistema urbano, no mercado de trabalho e a configuração da violência urbana em termos logitudinais, tendo como referência central o caso do Rio de Janeiro. A segunda, a partir de uma perspectiva etnográfica, se detém no atual perfil da mobilização e ação coletivas nesta mesma metrópole².

² Cabem aqui algumas informações de caráter metodológico. No que se refere ao estudo quantitativo, a maioria dos dados provêm do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que produz o Censo Demográfico a cada 10 anos, a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Todas estas três fontes permitem análises diacrônicas. A área de estudo definida pelo projeto é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Com uma população que, no ano de 2000, atingia 11 milhões de habitantes, compreende 18 municípios, representando o do Rio de Janeiro 55% do total da população da Região Metropolitana. Para uma acurada apreciação das dificuldades metodológicas implicadas na análise da transformação das estruturas urbanas brasileiras, desde uma perspectiva comparativa, ver Valladares e Préteceille (2003). Na parte relativa à análise da violência e à distribuição dos homicídios na RMRJ, foi

PRIMEIRA PARTE: SISTEMA URBANO, MERCADO DE TRABALHO E VIOLÊNCIA NO BRASIL E NO RIO DE JANEIRO

1. Urbanização e metropolização: tendências e interpretações

O debate em torno das transformações econômicas e políticas que vem ocorrendo no mundo do capitalismo avançado desde os anos 1980, e seus rebatimentos espaciais, pode ser resumido em torno de dois eixos interpretativos principais. De um lado, há os que defendem o paradigma da desconcentração urbana e que interpretam o crescimento privilegiado das cidades pequenas e médias como estando ligado à crise do modelo fordista e às possibilidades de localização mais dispersa das empresas, ou seja, à desverticalização e à organização flexível da produção. Contribuiriam para tal processo o crescimento dos transportes, das telecomunicações e das técnicas de controle e de gestão das unidades produtivas espacialmente dispersas, organizadas sob o formato de redes que caracteriza

fundamental a participação do sociólogo Ignacio Cano, professor da UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro), responsável por uma parte do texto sobre violência e a elaboração de vários mapas. Quanto ao estudo qualitativo, optou-se pela realização do trabalho de campo em duas favelas bastante diferentes entre si as quais atribuímos os nomes fictícios de Chatô e Travessia para que os entrevistados tivessem seu anonimato e segurança preservados. Nossa intenção foi problematizar homogeneizações apressadas que tomam diferentes favelas como espaços intercambiáveis (Preteceille e Valladares, 2000) a partir de duas favelas que, embora não figurem entre as mais pesquisadas da cidade, já foram objetos de um número considerável de estudos (Valladares e Medeiros, 2003). O trabalho de campo teve a duração de 5 meses, durante os quais informantes qualificados foram entrevistados em profundidade. Foram também numerosas as vezes em que os pesquisadores se dedicaram a observar *in loco* o cotidiano dos moradores.

sobretudo os setores inovadores da economia (Scott and Storper, 1986). De outro, estariam os que vêm a tendência à metropolização como consequência da busca de vantagens competitivas, pela inovação e aceleração das trocas. As grandes metrópoles seriam então o local privilegiado da nova economia por conta das características de diversidade e qualificação do mercado de trabalho, do baixo custo e da intensidade das transações, da multiplicidade de amplas possibilidades de complementaridade entre as empresas (Ascher, 1995). A estes argumentos devem ser somados aqueles assinalados por Sassen (1991) em seu modelo da Cidade Global: o papel do setor financeiro; a liderança exercida pelas multinacionais; e a concentração no espaço metropolitano dos serviços avançados prestados às empresas. Segundo a análise de Veltz (1996), dever-se-ia considerar ainda a redução dos vários riscos de mercado associada à localização de uma empresa em uma grande metrópole, processo que o autor denomina de “fonction assurantielle”.

Estes modelos explicativos podem ser considerados como complementares na medida em que analisam diferentes aspectos das dimensões espaciais de uma economia urbana e regional cada vez mais complexa (Storper, 1997). A estas explicações econômicas é necessário acrescentar outros elementos que não são de natureza puramente econômica como os fenômenos demográficos tais quais os fluxos migratórios e a evolução da natalidade.

1.1. Tendências recentes da urbanização brasileira

O Brasil é hoje um país altamente urbanizado, com quase 80% do total de sua população localizada em áreas urbanas (gráfico 1). Em meio século, a taxa de urbanização mais do que dobrou e a população urbana total do país cresceu a um ritmo quase constante a partir de 1970, quando a população rural atingiu seu ponto máximo, passando em seguida a

declinar lentamente, mas de forma quase constante. Como resultado destes dois movimentos, verificou-se uma progressão forte e bastante regular da taxa de urbanização.

O crescimento da população urbana atingiu seu ápice em 1950 (5.47%), desacelerando desde então, mas mesmo assim crescendo relativamente mais que a população do Brasil (2.44% nos anos 1990, contra 1.61% para a população total). A taxa de crescimento da população urbana diminuiu menos nos anos 1990 do que na década anterior, enquanto a taxa de decréscimo da população rural progrediu mais fortemente, caindo em termos absolutos desde 1970. (Gráfico 2). Esta comparação leva à hipótese de uma intensificação relativa das migrações do rural ao urbano durante a última década, após uma desaceleração destas mesmas migrações nos anos 1980.

Estas profundas transformações têm diretamente a ver com o processo de transição demográfica que atingiu o Brasil a partir de 1970, quando o número de pessoas por domicílio era de 5,8 passando a 2,3 em 2000. A população total vem portanto crescendo a taxas baixas em relação ao que se previa: enquanto seu crescimento anual correspondia em 1950 a 3.17% , em 2000 a mesma taxa é de apenas 1.61% .

1.2. Desconcentração ou metropolização?

A rede urbana brasileira vem passando por importantes modificações ao longo dos séculos. Nos tempos da colônia e até o século XIX, várias cidades chegaram a liderar economias regionais que se relacionavam diretamente com Portugal. Com a industrialização do país, seguida de políticas econômicas que reforçaram a concentração industrial, Rio de Janeiro e São Paulo passaram no século XX a pólos de atração populacional, em um movimento de bicefalia urbana (em contraste com outros países da América Latina, em geral monocefálicos).

A partir dos anos 1960 ocorreu um processo de desconcentração industrial que levou ao crescimento das cidades de porte médio e ao redirecionamento dos fluxos migratórios antes voltados majoritariamente para a região sudeste do Brasil. Um certo desenvolvimento regional ocorreu em distintos estados do país ligado a políticas públicas e a investimentos locais e nacionais nas áreas de transporte, energia, comércio, construção, saúde, educação. O país interiorizou sua capital, criando Brasília que foi inaugurada em 1960. O declínio da relevância do Rio de Janeiro e São Paulo no sistema urbano brasileiro começou a se verificar: se, em 1950, ambas as metrópoles representavam 41,8% do total da população urbana do país, em 1980 já representavam em conjunto apenas 28,1%³. Vale notar que embora ambas estas metrópoles estejam perdendo parte de sua força de atração no que se refere ao emprego industrial, confirmam sua posição dominante enquanto as economias terciárias mais avançadas do país. Se a tendência da desaceleração é a mesma para as duas cidades convém notar que a taxa de crescimento anual é bem superior em São Paulo (1,95% na década de 1980, 1,40% na década de 1990), contra 1,1% no Rio de Janeiro onde a taxa permanece estável.

A análise da evolução da hierarquia urbana brasileira mostra o retrato de um país muito mais equilibrado nos dias atuais do que em décadas passadas no que refere à distribuição de suas cidades. De acordo com dados dos Censos de 1980, 1991 e 2000, o Brasil apresenta atualmente uma constelação metropolitana em que a primazia durante

³ Neste texto, quando falamos de “cidade”, particularmente nos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, estamos nos referindo à Região Metropolitana, em sua origem uma agregação administrativa, que consideramos como aproximação à aglomeração urbana funcional (*functional urban area*).

tantos anos mantida por São Paulo e Rio de Janeiro é hoje bem reduzida: apenas 22,5% do total da população urbana do país encontrava-se no ano 2000 concentradas nestas duas regiões metropolitanas. A categoria seguinte na hierarquia urbana (representada por cidades entre 1 e 5 milhões de habitantes) tinha neste mesmo ano um peso quase equivalente, de 21,8%.

Tendo como referência o ano de 1991, classificamos as cidades⁴ acima de 250.000 habitantes em 4 grupos conforme o tamanho de sua população. (ver Tabela 1 e Tabela 2). O primeiro grupo – das *primate cities* -- é composto por Rio de Janeiro e São Paulo, as únicas cidades brasileiras a apresentarem uma população que ultrapassa os 5 milhões de habitantes; o segundo, é formado pelas áreas urbanas que tem de 1 a 5 milhões de habitantes já reunindo 12 cidades: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Brasília, Campinas, Santos, Goiânia, Manaus e Vitória; o terceiro, composto por cidades cuja população se encontra entre 500.000 e 1 milhão de habitantes, englobando 7 cidades; e o quarto grupo, congregando numerosas cidades (nada menos que 22) entre 250.000 e 500.000 habitantes. Os dados referentes à evolução dos anos 1980 e 1990 mostram, com efeito, que as mega-cidades brasileiras (Rio de Janeiro e São Paulo) experimentaram as menores taxas anuais de crescimento do conjunto urbano. Nos anos 1980 e 1990 a taxa mais forte ficou com as cidades de 500.000 a um milhão de habitantes. Durante os anos 1990 assiste-se no entanto a uma importante mudança: a taxa de crescimento das cidades com menos de 250.000, que na década de 1980 tinham apresentado um nível alto superior a 3.4%

⁴ Nos casos de “cidades” que correspondem a Regiões Metropolitanas consideramos o conjunto dos municípios relativos à RM. Nos demais casos a “cidade” corresponde apenas ao município central.

anual) cai nitidamente para menos de 2.7% e as cidades entre 250.000 e 500.000 aparecem em segundo lugar no *ranking* das que mais crescem. Tais resultados assinalam a tendência à interiorização da urbanização brasileira, particularmente expressiva nos anos 1980 quando altas taxas de crescimento urbano se verificaram no conjunto da hierarquia urbana. Já nos anos 1990 o que ressalta aos olhos é a diminuição do crescimento das cidades pequenas e a concentração do crescimento nas cidades médias e grandes com exceção do Rio de Janeiro e de São Paulo.

2. Mudanças econômicas e mercado de trabalho

Em que estas mudanças estão relacionadas ao novo modelo de desenvolvimento econômico? Qual é hoje o lugar do Rio de Janeiro na economia nacional, quando deixou de ser centro industrial do país? As respostas a estas questões são extremamente complexas para serem tratadas de forma aprofundada nos limites deste capítulo. Contudo, alguns aspectos podem ser considerados, relacionando-os ao crescimento econômico do Brasil como um todo.

O país não deixou de crescer desde o início dos anos 1990, muito embora possa se pensar o contrário. O gráfico 3 mostra que, a despeito dos ajustes estruturais, de 1990 a 2000 a curva do PIB brasileiro é ascendente. No início dos anos 1980, devido à chamada crise da dívida externa, a política do “Consenso de Washington” levou a um período de crescimento reduzido, conhecido como “década perdida”. Entre 1980 e 1990, o PIB brasileiro aumentou em 17%, enquanto a população total cresceu em 24%. O PIB por habitante, portanto, recuou e o fluxo de criação de empregos pela economia tornou-se inferior ao crescimento da população ativa, ao contrário do que acontecera no período precedente. Entre 1989 e 1992, o governo Collor de Mello empreendeu uma rígida política

de estabilização de inspiração neoliberal que conduziu a uma forte estagnação econômica. Durante os dois governos Fernando Henrique Cardoso, o Brasil voltou a apresentar um crescimento econômico mais sustentado, com taxas anuais referentes ao PIB entre 2,7 e 5,9%. Os anos 1998 e 1999 são novamente períodos de estagnação, consequência, sobretudo, da política de paridade com o dólar que objetivou principalmente a reeleição de Cardoso. Retoma-se o crescimento em 2000 e, em 2002, nota-se um novo declínio.

Ao final do século XX, o PIB brasileiro progrediu em 30% durante a última década, apesar das flutuações. Como a população aumentou em 15% no mesmo período, o PIB per capita também cresceu, contrariamente ao que ocorrera na década precedente. Este crescimento deveu-se parcialmente ao aumento da produtividade do trabalho que não foi acompanhada, porém, de um aumento na oferta de empregos. Note-se ainda que, entre 1992 e 2001, a população ativa aumentou em 19%, enquanto a população ativa ocupada em apenas 16% (IBGE, PNAD 1992 e 2001).

Uma característica comum da evolução da estrutura econômica da maioria dos países desenvolvidos é a chamada terciarização da economia. O que dizer a este respeito sobre o Brasil? Esta tendência já era significativa nas décadas anteriores, pois em 1991 a participação da indústria no PIB não representava mais que 32%, contra 61% para o comércio e serviços. Mas se é verdade que a tendência geral é a da queda do emprego industrial nas sociedades mais desenvolvidas, a persistência, no caso brasileiro, de um nível relativamente alto de participação da indústria no PIB em termos comparativos obriga-nos a uma atitude prudente em relação à hipótese da terciarização da economia. Além disso a interpretação desta terciarização depende da análise do conteúdo das atividades terciárias – o que será discutido mais adiante.

Neste resumido relato das mudanças macroeconômicas das duas últimas décadas, verifica-se o peso do modelo neoliberal tão caro aos organismos internacionais -- FMI, Banco Mundial e BIRD -- com os quais o Brasil é obrigado a negociar. Entretanto, não é possível deixar de considerar a interferência relevante de decisões internas, no que se refere a maior ou menor adesão ao modelo por parte das elites políticas e empresariais nacionais e as diferentes interpretações que as mesmas podem lhe atribuir. Certos grupos capitalistas nacionais podem, por exemplo, aproveitar a política neoliberal para conseguir lucros de tipo *rentier* ou especulativo e, outros, lucros resultantes de investimentos produtivos.

Deve ser ainda assinalado outro fator que tem um impacto importante sobre a evolução do emprego: as transformações dos modelos de gestão e organização do trabalho nas empresas (Cardoso, 2003), bem como a difusão de novas tecnologias sob o efeito do acirramento da internacionalização de boa parte da economia brasileira. Tais transformações passam mais uma vez pela internacionalização da formação dos altos quadros funcionais das empresas e pela difusão do “novo espírito do capitalismo” para retomar o título da obra de Boltanski e Schiapello (1999).

2.1. A evolução do emprego no Rio de Janeiro

Comparado ao restante do país, o Estado do Rio de Janeiro⁵ experimentou, durante a década de 1990, uma queda severa na sua participação no crescimento do Produto Interno Bruto do país (gráfico 4). Contudo, desde 1998, o Estado do Rio de Janeiro parece estar recuperando, ao menos em parte, sua participação no PIB, o que talvez possa ser explicado

⁵Os dados sobre o PIB são apenas disponíveis a nível do Estado do Rio de Janeiro e não da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro compreende várias outras cidades .

pela ocorrência de um crescimento industrial fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: petróleo em Campos; indústria automobilística em Porto Real; siderurgia em Volta Redonda; indústria de confecção nos municípios de Petrópolis, Friburgo, Teresópolis.

Tal recuperação da participação do Estado do Rio no PIB brasileiro não parece ter beneficiado portanto à Região Metropolitana: entre 1991 a 2001, a indústria perdeu 33% de seus empregos e a construção civil, 13%, como se pode ver no gráfico 5.

O único setor que conheceu um crescimento mais ou menos regular do emprego (16% no período) foi o de serviços, excluindo-se comércio e administração pública, o que confirma a tradição terciária da RMRJ. O comércio e as outras atividades permaneceram estáveis. A administração pública teve um pequeno aumento (5%).

A pequena retomada de crescimento do Rio em 2002 foi inteiramente devida a um aumento de 100.000 empregos nos serviços e 47.000 na administração pública. Pode-se ter como hipótese o efeito da conjuntura política do ano eleitoral (2002), quando a competição pelo cargo de governador do Estado teria criado condições para o crescimento do emprego público, em uma estratégia fortemente clientelista, comum na política carioca⁶ e do Estado do Rio de Janeiro. Além disto, deve ser considerada a descentralização municipal instituída pela Constituição de 1988, que transferiu para os municípios, políticas sociais referentes à moradia, saúde e educação, gerando a necessidade de contratação de pessoal para ser implementadas.

Lembre-se no entanto que o crescimento do emprego nos serviços, ao menos para o caso brasileiro, é de difícil interpretação, pois nesta categoria o IBGE reagrupa desde os

⁶ A palavra carioca refere-se na sua origem ao município do Rio de Janeiro. No entanto hoje é utilizada como relativa também à Região Metropolitana.

serviços avançados prestados às empresas que implicam alta qualificação dos trabalhadores, até os serviços domésticos pouco qualificados.

Tomando-se as PNADs de 1988 e 1998, uma primeira análise dos dados mostra um incremento da especialização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em relação a outras regiões metropolitanas em certos segmentos do setor de serviços: educação (pública e privada); saúde; atividades científicas e culturais; instituições financeiras e de seguros; vigilância e segurança; comércio ambulante. Esta análise repousa sobre uma tentativa provisória de reagrupamento das atividades econômicas detalhadas e registradas nas PNADs, mais fina do que a agregação utilizada nas publicações mencionadas do IBGE.

A terciarização que acompanha o forte recuo do emprego industrial nesta metrópole parece apresentar uma dupla face: de um lado, uma terciarização qualificada, tal qual nas grandes metrópoles dos países centrais (Préteceille, 1995); de outro, uma terciarização mais próxima ao setor informal, correspondendo à auto-geração de empregos em serviços por aqueles que se encontram fora do emprego assalariado.

A análise da evolução do emprego por setor e por qualificação deve ser completada por aquela da distribuição por estatuto da ocupação, o que corresponde, nas pesquisas do IBGE, à variável “posição na ocupação”. Ou seja, deve-se considerar também o tipo de emprego e o contrato de trabalho.

As duas categorias de emprego cujo estatuto jurídico é mais formalizado são constituídas pelos funcionários (para o setor público) e os trabalhadores com carteira assinada (para o setor privado), sendo esta última a categoria mais importante. A carteira assinada pelo empregador, no sistema brasileiro de proteção jurídica do trabalhador, representa para este o acesso aos direitos estabelecidos por lei, como férias remuneradas,

13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, salário desemprego, licença maternidade, aposentadoria e assistência médica.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Emprego -PME, os números absolutos correspondentes aos trabalhadores com carteira diminuem regularmente na RMRJ entre 1991 e 1999 (gráfico 6), mantendo-se estáveis até 2001 e aumentando ligeiramente em 2002. Este resultado parece sugerir que, se a degradação do mercado de trabalho é real, não é nem contínua nem irreversível. Já os dados da PNAD mostram que, entre 1992 e 2001, os empregados com carteira assinada diminuíram apenas ligeiramente no Rio de Janeiro e até mesmo aumentaram em 2,3%, se entre eles forem incluídos os trabalhadores domésticos com carteira assinada. Houve, portanto, uma estabilidade em termos de números absolutos, o que representa, porém, uma queda sensível, de 44,7% a 41,6 % do peso dos empregados com carteira assinada no total da população ocupada da RMRJ. Para o conjunto do Brasil o peso desta mesma categoria é menor em um terço, mas permanece estável entre 1992 e 2001.

Para os funcionários públicos, o mesmo gráfico revela uma tendência contínua e moderada de aumento dos números absolutos, com um pequeno incremento no último ano.

Entretanto, a confrontação com os dados da PNAD aponta um resultado distinto (tabela 3), indicando uma queda do número dos funcionários de 8,3% entre 1992 e 2001. Esta diferença poderia, talvez, ser explicada pelas metodologias utilizadas nas duas pesquisas. A categoria “funcionário público” não foi considerada no questionário da PME. O número de funcionários que aparece nas tabelas publicadas pelo IETS (Instituto de Estudos do Trabalho) resulta provavelmente de uma estimativa a partir da declaração de setor de atividade. Observe-se, ainda, que nas PNADs, dentro da categoria “funcionários públicos”

Deleted: ?? Evolução da população ocupada segundo a posição na ocupação – Brasil e RMRJ 1992-2001

distingue-se o grupo dos militares (que aumenta de 6% no período), do grupo de funcionários civis (que diminuem de 12% no período).

A conclusão que pode ser extraída desta comparação de fontes é que o emprego no setor público aumentou ligeiramente (o que corresponde à tendência identificada no gráfico 6), mas que o número de funcionários públicos strictu sensu diminuiu. A diferença pode estar relacionada à admissão de funcionários não-estatutários nos serviços públicos, via a terceirização por exemplo⁷.

Deleted: n ???

Segundo os resultados da PNAD, o peso dos funcionários públicos no conjunto da população ocupada teve uma pequena queda de 10,9% a 9,1% entre 1992 e 2001 na RMRJ. No conjunto do país, o peso dos funcionários públicos é menos importante (6,1% em 1992), tendo, porém, seu número aumentado significativamente (23,4% entre 1992 e 2001).

O recuo na RMRJ dos assalariados relativamente protegidos e dos funcionários públicos só é compensado parcialmente pelo crescimento dos trabalhadores assalariados menos protegidos, aqueles sem carteira assinada, cujos efetivos continuam aumentando moderadamente até 1996, estabilizando-se a seguir, com uma pequena queda de 1996 a 1999, seguida de outra queda em 2001 e de ligeiros incrementos em 2000 e 2002. No total, esta categoria de trabalhadores (sem carteira assinada) aumentou em 18,2% entre 1992 e

⁷ A representação corrente da evolução do setor público no Rio de Janeiro é de um enxugamento forte resultante da privatização de empresas públicas e da reestruturação das estatais. Tal visão não se verifica nos dados aqui analisados. Tal divergência pode resultar dos modos de construção das categorias estatísticas mas pode também se explicar pela compensação da perda do emprego público nas estatais pelo aumento dos novos empregos gerados pelo processo de descentralização, propiciado pela Constituição de 1988.

2001 no Rio, crescendo ainda mais – 29% -- se considerado o conjunto do Brasil entre 1992 e 2002.

Tomando-se a RMRJ isoladamente, é a categoria dos trabalhadores por conta própria a que conhece a mais forte progressão, com um aumento bastante significativo e regular de 1991 a 2000, seguido, todavia, de um leve recuo no período mais recente (gráfico 6). De acordo com a PNAD, os conta-próprios aumentam em 34% entre 1992 e 2001, configurando um incremento que não ocorre de forma tão nítida para o conjunto do Brasil, com um aumento de apenas 3,2% a mais do que o emprego total.

Na hipótese de se identificar no Rio de Janeiro o mesmo movimento de precarização do emprego assalariado que conhecem os países desenvolvidos (cfr. para o caso francês, Hirata e Préteceille, 2002), esperar-se-ia um crescimento mais forte dos trabalhadores sem carteira assinada. Como explicar o fraco crescimento desta categoria, uma vez que ela é forte no resto do Brasil? A resposta talvez resida no efeito das diferenças da composição setorial do emprego, o que explicaria, para o caso do Rio de Janeiro, tanto a precarização do emprego no âmbito do estatuto do trabalhador com carteira assinada – a proteção social dada por este estatuto sendo bastante limitada - , seja nas atividades informais. Outra possibilidade refere-se ao poder de influência dos sindicatos nas grandes metrópoles brasileiras.

A análise da redistribuição da população ativa entre as várias categorias deve se estender aos desempregados: o número destes aumentou no Rio em 63% entre 1991 e 2002. Parece possível inferir que uma boa parte dos 1.046.000 trabalhadores por conta-própria de 1991 são desempregados que, tendo esgotados seus direitos (seguro-desemprego), são forçados a encontrar uma outra forma de sobrevivência.

Formatted

Deleted: n?

Em síntese, a última década registrou uma degradação regular do emprego assalariado com carteira assinada, paralela a uma progressão dos conta-próprias. Mas esta degradação não corresponde ao desmoronamento descrito nas leituras catastróficas, que assimilam, equivocadamente, o forte recuo do emprego industrial àquele do assalariado formal, sem levar em conta uma compensação parcial do emprego formal nos serviços. Além disso, o início dos anos 2000 testemunham uma estabilização, ou até mesmo uma possível retomada, do emprego assalariado formal. Enfim, é preciso notar o crescimento contínuo, no Rio como no conjunto do Brasil, do número de empregados no setor público, o que não corresponde ao discurso corrente do esfacelamento deste setor sob o efeito das políticas de ajuste neoliberais, o que não significa negar que se esteja diante da degradação do estatuto que rege as relações de trabalho desta categoria.

A análise que aqui se fez deveria ser complementada pelo estudo da renda e das desigualdades, o que foi realizado em Valladares e Preteceille (2003). Conforme se mostrou os trabalhadores com renda mais baixa (os dois decis inferiores da distribuição) da Região Metropolitana do Rio de Janeiro tiveram uma pequena melhoria nos anos 1990 malgrado o aumento sensível das desigualdades (índice de Gini).

Para completar a análise da evolução do mercado de trabalho no Rio, convém lembrar dois outros processos que contribuem para o crescimento quantitativo e qualitativo da oferta de trabalho. O primeiro se refere ao afluxo quase contínuo e bastante significativo das mulheres ao mercado de trabalho. Aliás, para o período 1992-2001, o crescimento da participação feminina na PEA foi mais elevado na RMRJ (de 39 a 44%) do que no conjunto do país (de 39 a 42%). É freqüente a associação entre a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho e a precarização do trabalho, o que levaria a supor serem as mulheres as principais vítimas da degradação das condições de emprego. O trabalho recente de

Deleted:

Lavinias (2001) parece mostrar que, ao contrário, sua situação relativa melhorou em relação a dos homens, no conjunto das principais regiões metropolitanas do Brasil, o que poderia ser interpretado como o efeito de uma melhor adaptação das mulheres aos novos requisitos de qualificação na economia dos serviços.

O outro processo que contribui para a transformação qualitativa do mercado de trabalho, em parte relacionado ao precedente, é a elevação do nível de estudos e da qualificação dos recém-chegados ao mercado, resultante não apenas da melhoria da formação das novas gerações, mas também dos cada vez mais altos requisitos de qualificação necessários à disputa por postos de trabalho. A combinação destes processos pode levar a um diferencial positivo para a parte “moderna” da economia da metrópole do Rio de Janeiro mas, por enquanto, trata-se apenas de um recurso potencial que só pode ser de fato acionado com a criação de postos de trabalho mais qualificados, o que ocorreu pouco nos anos 1990. Caso esta tendência se prolongue, este trunfo poder-se-á transformar em fator de crise social que atingirá, sobretudo, os setores médios que apresentam os mais elevados índices de escolaridade e formação profissional. Assim como parece ocorrer na Argentina (Cerutti, capítulo neste livro) e no Uruguai (Katzman, capítulo neste livro), colocar-se-ia seriamente em risco os processos de mobilidade social ascendente.

2.2. A economia informal

O crescimento da economia informal ocupa lugar de destaque no debate sobre a estrutura do mercado de trabalho no Brasil, bem como sobre os impactos das políticas de corte neoliberal nas relações de trabalho. Muitas são as maneiras de definir os trabalhadores inseridos nos setores formal e informal da economia. O critério adotado neste texto considera o acesso ou não aos direitos trabalhistas (seguro desemprego, assistência médica,

aposentadoria, etc.), isto é, a presença ou ausência da proteção jurídica do trabalho. Analisa-se o crescimento da informalidade do ponto de vista da precarização do trabalho formal, em correlação com a degradação do estatuto do emprego e a terceirização da economia, processos que acentuam a exploração do trabalho.

A tabela 4 apresenta dados importantes sobre a evolução do trabalho formal e informal no Brasil e na RMRJ, considerando como trabalhadores formais aqueles que contribuem para a Previdência Social (inclusive os conta-próprias que o fazem) e informais aqueles não contribuem (inclusive os conta-próprias). O trabalho formal diminuiu no Rio nos anos 1990, tendo decrescido de 65,3% em 1992 para 59,8% em 2001. Malgrado esta queda de quase 10%, o trabalho formal permanece no entanto nitidamente majoritário na metrópole do Rio. Por comparação, no conjunto do país permaneceu estável no período (43,6% em 1992 e 43,7% em 2001). Quanto ao trabalho informal, o mesmo aumentou no Rio de maneira simétrica, atingindo 38,5% em 2001. No país como um todo, o emprego informal aparentemente também aumentou mas como a categoria de “outros” diminuiu, tal progressão do emprego informal é difícil de ser apreendida. Em resumo, a tabela 4 permite inferir que o trabalho informal encontra-se em progressão, sobretudo no Rio, permanecendo no entanto inferior ao trabalho formal.

Operando com uma definição de setor informal que privilegia as empresas, em 1997 o IBGE realizou para o Brasil a pesquisa “Economia Informal Urbana”. A pesquisa considerou empresas informais aquelas constituídas por conta-próprias e aquelas com até cinco empregados (com exceção das sociedades anônimas e aquelas cujo preenchimento da declaração anual de renda de pessoa jurídica não foi feita no formulário “Lucro real”). Foram também excluídas as empresas das zonas rurais, as populações de rua, os trabalhadores domésticos e as atividades ilegais. Sobre as quase 9,5 milhões de empresas

Deleted: (Evolução do emprego formal e informal Brasil e RMRJ)

informais contadas em todo o país, 80% tinham apenas uma pessoa ocupada. No Rio, sobre um total de 722 mil empresas informais, esta percentagem chegou a 84%.

A tabela 5 indica a distribuição dos ativos das empresas informais por setor de atividade, notando-se para o caso do Rio de Janeiro o forte peso da construção civil, assim como dos serviços técnicos e auxiliares, estes últimos, sem dúvida, os mais qualificados. O comércio representa a quarta parte do total, seguido dos serviços de reparação, pessoais, domiciliares e diversões (21%).

Para o conjunto do Brasil, 54% dos ativos do setor informal apresentavam um nível de escolaridade inferior ao primeiro grau completo, contra 48% no Rio de Janeiro. No que se refere aos estudos secundários, verificou-se um percentual de 25% com um nível igual ou superior ao segundo grau completo para o país como um todo, contra 31% no Rio de Janeiro (IBGE, 1999), o que permite concluir que a força de trabalho inserida no setor informal é, em sua grande maioria, pouco escolarizada. Ainda assim, uma parte dela tem um bom nível escolar. Este conjunto de trabalhadores é logicamente mais importante no Rio onde a população é, em média, mais escolarizada do que no conjunto do país.

Uma das dimensões importantes abordadas pela pesquisa do IBGE (1999) diz respeito aos motivos indicados pelos empreendedores informais para a escolha da sua atividade, sendo o mais freqüente, para o conjunto do Brasil, a dificuldade de acesso ao emprego formal. No Rio, este motivo aparece em segundo lugar, sendo o mais apontado a vontade de trabalhar de forma independente. Analisando-se em conjunto os percentuais referentes à dificuldade de acesso ao emprego formal e à necessidade de complementação da renda familiar (mais freqüente no Rio), verificam-se percentuais de 33% para o conjunto do país e 43% para o Rio, o que sugere a maior relevância de motivações relacionadas a dificuldades econômicas para o caso da RMRJ. Parte do setor informal poderia ser, assim,

interpretado como um refúgio diante da degradação da oferta e das condições do emprego formal, a perda do emprego sendo de longe mais importante que a procura de uma remuneração mais elevada.

No entanto, este subconjunto não representa mais que um terço dos responsáveis por uma atividade informal: os outros dois terços não tiveram outro emprego ao longo dos últimos cinco anos, ou exercem sua atividade informal há mais de cinco anos. Para estes dois terços dos empresários informais, a participação na economia informal corresponde a um estado mais permanente (ou seria o primeiro emprego para os mais jovens). A proporção destes “informais estáveis” é um pouco mais elevada no Rio (69%) do que no conjunto do Brasil (65%), índice surpreendente, visto que a precarização do emprego pareceu aumentar mais no Rio que no resto do país nos anos 1990.

Torna-se necessário, enfim, mencionar a questão das atividades econômicas ilegais que não integram a pesquisa “Economia Informal Urbana”. Trabalhos qualitativos, como os de Zaluar (1985) e Misse (1999), mostram que o tráfico de drogas, particularmente importante no Rio, constitui um sistema de empregos que atrai um número não negligenciável de jovens do sexo masculino nos bairros populares, nos quais os traficantes organizam e controlam postos de venda. A renda gerada pela inserção nesta atividade ilegal é nitidamente superior àquela proveniente de atividades legais, formais ou não, às quais poderiam ter acesso esses jovens. O tráfico fornece-lhes também armas que, por sua vez, geram outras atividades informais-ilegais como os roubos a mão armada ou os assaltos a prédios e automóveis que vêm se multiplicando no Rio de Janeiro. Informações recentes da imprensa relacionam, ainda, o tráfico ao forte desenvolvimento do transporte ilegal (vans e moto-taxis). O conjunto destas atividades ilegais constitui, sem dúvida, um segmento importante e atraente do mercado de trabalho dos bairros populares.

3. Violência e insegurança

3.1. A construção social do debate sobre a violência

Os temas da violência e da segurança pública há muito se fazem presentes no discurso e na prática dos vários segmentos sociais cariocas. Inúmeros pesquisadores têm mostrado que a violência faz parte da história do Brasil, é estrutural e tem raízes sociais e culturais. Toda a literatura sobre cangaço e coronelismo no Nordeste brasileiro registra que uma cultura ou subcultura da violência vem se desenvolvendo há mais de dois séculos. Vários autores, no rastro da teorização inicialmente proposta por Machado da Silva (1994) para o caso do Rio de Janeiro, afirmam que, nas principais metrópoles brasileiras, desenvolveu-se uma “sociabilidade violenta” que considera legítima ou até mesmo naturaliza práticas violentas e criminosas em seu sentido mais amplo.

Os balanços da produção sobre o tema (Adorno, 1993; Zaluar, 1999; Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000) apontam para a predominância de estudos sobre violência e criminalidade nos bairros pobres ou entre as populações menos favorecidas. Baseados, sobretudo, em pesquisas de natureza etnográfica, estes trabalhos examinam prioritariamente o tráfico de drogas, bem como a organização social do crime urbano e suas relações com as populações locais e com a polícia. A delinqüência (com ênfase na delinqüência infanto-juvenil), os grupos de extermínio, a corrupção e arbitrariedade da polícia/agentes penitenciários, as práticas de justiça em acerto de conta entre traficantes, entre estes e informantes da polícia ou com delinqüentes, são também temas recorrentes (Kant de Lima; Misse e Miranda, 2000:50). Mais recentemente, alguns autores têm se dedicado a estudos empíricos baseados em estatísticas, em nível nacional ou local (Cano e Santos, 2001; Waiselfisz, 2002). Mapas de Risco da Violência foram produzidos pelo CEDEC para Curitiba (1996), São Paulo (1996), Salvador (1997) e Rio de Janeiro

(1997). *Surveys* de vitimização são ainda raros no Brasil, tendo apenas a PNAD de 1988 realizado um estudo de abrangência nacional. Para o caso do Rio de Janeiro, foi realizada, em 1996, uma pesquisa sobre as ocorrências criminais que vitimizaram a população maior de 16 anos da RMRJ (Pandolfi et alii, 1999).

3.2. Medindo a violência

A violência estaria aumentando? Alguns contestam esta evidência, lembrando sua anterioridade histórica na sociedade brasileira (Carvalho, 1987; 2002), outros minimizam os acontecimentos. Torna-se, pois, necessário tentar produzir uma resposta mais objetiva, tratando de início da morfologia social da violência, destacando a importância da questão do “urbano”, uma vez que as representações sociais sobre o tema cada vez mais associam a grande cidade à violência. No caso do Brasil, e do Rio em particular, é nítida a associação com alguns bairros, sobretudo, as favelas.

A identificação das características das práticas violentas, em termos de tipo, vítimas, autores, circunstâncias e locais das ocorrências, constitui uma etapa importante da análise de suas causas. Sobre o aumento da violência, torna-se necessário localizar qualquer avaliação no âmbito do debate sobre as fontes utilizadas. As fontes administrativas provenientes da polícia, que baseia suas informações no Registro de Ocorrência Policial, e cujos limites são exaustivamente analisados em Cano e Santos (2001); da Justiça, relativas aos indivíduos que se encontram em processo criminal; e as da saúde pública, apresentam, para o pesquisador, vieses e limitações que tornam sua utilização delicada.

Mais adequadas à interpretação deste processo são as pesquisas de vitimização, vez que permitem contar com o registro preciso da morfologia social e das circunstâncias em que as diferentes práticas violentas foram acionadas, além de apresentarem um perfil das

vítimas. Estas pesquisas são, no entanto, recentes e não permitem o estabelecimento de séries homogêneas

A análise de Santos (1994), a partir dos dados da PNAD 1988, primeira e única pesquisa sobre vitimização com cobertura nacional, mostra que do total de 5.974.345 pessoas vítimas de roubos ou furtos em um período de cinco anos, apenas 32% recorreram à polícia e registraram queixa. Entre as que se reconheceram objeto de agressão física, 61% não recorreram à polícia e entre aquelas que sofreram roubo ou furto, o percentual das que não deram queixa atinge 68%. Descrença, indiferença ou medo de envolvimento foram as razões citadas por 59,0% das vítimas de roubo ou furto e por 54,1% das vítimas de agressão para não registrarem ocorrência junto à delegacia.

O *survey* de vitimização realizado na RMRJ em 1995-1996 revela uma subdeclaração ainda maior: apenas 20% dos casos de roubo são encaminhados ao conhecimento da polícia e a falta de confiança na instituição policial é apontada em 42% dos casos pesquisados. Em quase 50% dos casos, os próprios policiais encarregam-se de convencer as vítimas a não registrarem a ocorrência (Carneiro, 1999: 176-177).

Enquanto as pesquisas de vitimização, baseadas em fontes oficiais, apontam a subnotificação, tornando precária a análise, os registros de homicídios podem ser considerados como razoavelmente fidedignos à realidade por razões de ordem jurídica. A respeito, Musumeci (1998) ressalta que apesar do subregistro, “os dados de mortalidade são geralmente mais precisos que os indicadores de agressões não-letais, que dependem de notificação das vítimas”. Estes problemas de caráter metodológico explicam a opção por basear a análise que se segue em dados relativos aos homicídios.

Em nível nacional a taxa de homicídios (número de homicídios por 100.000 habitantes) é crescente e elevadíssima. Cano e Santos (2001) mostram que, em apenas seis

anos, passou-se de 24,0 para 26,9 em (1991-1997), tendo sido o incremento do número de óbitos por homicídio, entre os anos 1991 e 2000, bem superior ao crescimento da população: 50% contra 15,6% no mesmo período (Waiselfitz, 2002:29). Estes índices permitem concluir que o aumento da violência letal foi sobremodo significativo nos últimos quinze anos, incidindo particularmente sobre a população jovem masculina (entre 15 e 24 anos). Dados referentes ao ano 2000 mostram que, enquanto na população total do país, 4,7% dos óbitos devem-se a homicídios, entre os jovens os homicídios são responsáveis por 39,2% (Waiselfitz, 2002:27). Estes dados colocam o Brasil, tanto em números absolutos de vítimas, quanto em relação à taxa de homicídios, entre os países mais violentos do mundo.

Considerando-se as diferentes regiões do país, em 1995, a Região Sudeste registrou um índice de 33 por cem mil, chegando a 62 por cem mil no Estado do Rio de Janeiro; 41 no Espírito Santo; e 34 no Estado de São Paulo. O total de mortes por agressões intencionais nesses três estados cresceu respectivamente 223%, 153% e 64% durante o período 1985-1995 (Musumeci, 1998), com o Estado do Rio de Janeiro ocupando a liderança. Em 2000, o Rio de Janeiro teria passado para o segundo lugar no *ranking* dos estados mais violentos do país, deixando o primeiro lugar para Pernambuco. Neste mesmo ano, o terceiro posto passou a ser ocupado pelo Espírito Santo e o quarto pelo Estado de São Paulo (Waiselfitz, 2002:35). Tomando-se apenas as capitais, verifica-se que nelas ocorre um número significativamente maior de homicídios do que no país como um todo, tendo Waiselfitz (2002:33-35) constatado para o ano de 2000 que estas cidades foram responsáveis por nada menos que 41,5% do total de homicídios do Brasil.

A violência letal parece, com efeito, aumentar drasticamente quando a população urbana excede 70% (Cano e Santos, 2001:73). Uma comparação entre os diferentes municípios revela, no entanto, um diferencial nas várias áreas da cidade, correndo os

moradores das áreas pobres um risco consideravelmente mais alto de serem assassinados do que os residentes em bairros ricos. Monteiro e Zaluar (1998) mostram que o risco de morte para crianças e jovens entre 5 e 20 anos de idade dobra quando a mãe pertence a uma família de renda *per capita* inferior a um salário mínimo, em comparação com famílias com renda superior a dois salários mínimos.

A análise mais fina destas características sociais e urbanas da distribuição dos homicídios para o caso da RMRJ nos anos 1991 e 2000, empreendida a seguir, está baseada inicialmente na apreensão territorial da violência letal na área, a partir de trabalho realizado por Cano e Ribeiro (2003) no âmbito deste projeto, utilizando dados de uma mesma fonte. Embora a pesquisa abranja o ano de 1980, para cujos dados também foi dado tratamento estatístico, os limites deste texto permitem apresentar de forma detalhada apenas os índices relativos ao período mais recente. O exame da tabela 6 mostra, em relação à década de 1980, uma mudança dramática em 1991: enquanto em 1980 as taxas de homicídios se mostraram relativamente homogêneas em toda a RMRJ, em 1991, 7 dos 13 municípios atingiram a faixa máxima de mais de 80 homicídios por 100.000 habitantes, configurando uma violência letal de intensidade comparável àquela das cidades mais violentas da Colômbia durante a guerra civil. Outros quatro municípios, entre eles Rio de Janeiro e Niterói, alcançaram faixas superiores a 60, enquanto apenas Mangaratiba e Paracambi, ressalvados os problemas de confiabilidade já apontados, mantêm-se abaixo de 60.

As taxas de homicídios no ano 2000 revelam uma melhora moderada em relação a 1991 permanecendo, no entanto, muito distantes daquelas verificadas em 1980. Mesmo assim, dois municípios superaram a barreira dos 80 homicídios por 100.000 habitantes (contra 7 em 1991), e quatro situaram-se no intervalo entre 60 e 80. Outros quatro municípios atingiram a faixa entre 40 e 60 (muito próximos de seu limite superior), entre os

quais Rio de Janeiro e Niterói. Apenas Magé e Paracambi, pequenos municípios fluminenses, encontravam-se na faixa abaixo de 40.

No que se refere aos índices sociais e urbanos, várias teorias sustentam que populações economicamente desfavorecidas sentir-se-iam mais atraídas ao envolvimento em atividades criminosas, na tentativa de obtenção da renda que não logram auferir no mercado legal. Da mesma forma, considera-se que a degradação dos entornos urbanos e a aglomeração de pessoas nos domicílios poderiam estimular condutas violentas. Esta perspectiva pode levar à conclusão simplista de que indicadores sociais mais baixos e piores índices de desenvolvimento urbano promovem maiores taxas de homicídio. No entanto, o trabalho de Cano e Santos (2001) mostrou que essa relação é forte quando se comparam áreas diferentes dentro da mesma cidade (bairros ou regiões administrativas), mas não necessariamente quando se comparam municípios ou estados.

O índice de *status* socioeconômico dos chefes de domicílio mostra que, nos anos 1980, (tabela 7) houve uma melhora generalizada⁸, com todos os municípios ultrapassando o índice de 40 em 1991. Niterói e Rio de Janeiro continuaram na dianteira, com valores superiores a 70, sendo Nilópolis o município da Baixada que mais se aproximava deles. Itaboraí vai se urbanizando e perdendo o seu caráter rural, e seus indicadores vão

⁸ E interessante notar a discrepância entre a evolução da economia em geral e a evolução do status socioeconômico dos chefes de domicílios. Durante os anos 1980 o PIB cresceu pouco, mas a situação dos chefes de domicílios melhorou bastante. O contrário ocorreu nos anos 1990, o que sugere que não há relação mecânica entre as duas evoluções: a evolução da distribuição da renda é ao menos tão importante quanto o crescimento bruto da economia.

convergindo com os dos demais. No ano de 2000, os indicadores socioeconômicos sofreram uma perda moderada em quase todos os municípios, mas não se situaram muito além daqueles verificados nas duas décadas anteriores, mantendo-se as posições relativas entre eles. Como o indicador de escolaridade tende a aumentar ao longo do tempo, pode-se considerar o rebaixamento dos níveis de renda, devido à crise econômica verificada em fins dos anos 1990, como responsável por essa deterioração.

Em termos gerais, pode-se afirmar que o maior desenvolvimento econômico e social experimentado nos municípios da RMRJ, durante a década de 1980 foi acompanhado por um intenso incremento dos níveis de violência letal, enquanto nos anos 1990, tanto os indicadores socioeconômicos quanto as taxas de homicídio diminuíram em alguma medida. Obviamente, essa aparente correlação negativa entre ambos os processos ao longo do tempo está referida a aspectos complexos nos quais, além do crescimento econômico, operam muitas outras dimensões (urbanização, desigualdade, mudanças na pirâmide populacional, etc.).

Considerando o indicador de desenvolvimento urbano para o ano de 1991 (Tabela 7) nota-se que a posição relativa dos municípios da RMRJ não apresenta mudança significativa em relação ao ano de 1980, quando Rio de Janeiro e Niterói apareciam como as cidades melhor situadas no que se refere a este indicador, as exceções sendo Itaboraí, que embora ainda no último lugar, continua a aproximar-se dos valores dos demais municípios; e São Gonçalo, que dá um salto positivo de mais de 20 pontos. No ano 2000 houve uma melhora notável no desenvolvimento urbano, particularmente na Baixada Fluminense. Todos os municípios, exceto Itaboraí e Nova Iguaçu, ultrapassam o limiar de 60, enquanto Rio de Janeiro e Niterói apresentam um valor superior a 90.

Em suma, apesar do declínio nos níveis socioeconômicos da população da RMRJ na década dos 90, observa-se claramente que o processo de consolidação urbana se intensifica na RMRJ, particularmente na Baixada Fluminense. A evolução temporal deste indicador, porém, difere não somente daquela apresentada pelo indicador socioeconômico, mas também das mudanças havidas na incidência da violência letal, o que indica a necessidade de cautela antes de se extrair conclusões automáticas ou precipitadas, com base nos dados sobre a relação entre desenvolvimento e violência.

3.3. A segurança privada

A análise da violência no Brasil e no Rio de Janeiro não pode dispensar algumas considerações sobre o tema da segurança privada. Em nível mundial, desde os anos 1970, vem ocorrendo uma explosão dos serviços de segurança particular e de “*gated communities*” nos Estados Unidos e em vários países da América Latina. No caso brasileiro, o fenômeno é muito expressivo e em todas as grandes cidades multiplicam-se os condomínios fechados, tornando-se a metrópole de São Paulo o paradigma da auto-segregação (Caldeira, 2000).

Oficialmente, os serviços particulares de vigilância e guarda surgem no país em 1969, através de um decreto-lei que obriga as instituições financeiras a contratá-los com o objetivo específico de reprimir assaltos praticados por grupos de resistência ao regime militar. Daí em diante a atividade se expandiu, transbordando a esfera da vigilância bancária.

Entre 1985 e 1995, o pessoal ocupado em atividades de vigilância e guarda apresentou um incremento de 112% (Musumeci, 1998). No Rio de Janeiro esta atividade não parece parar de crescer, contando em 1992, com um total de 55 empresas que atuavam no setor (Heringer, 1992). Este importante incremento está certamente relacionado à deslegitimação dos órgãos de segurança pública, nos quais a população de há muito deixou

de confiar. Os casos das favelas estudadas para esta pesquisa – Chatô e Travessia --, são paradigmáticos a respeito. A substituição mesmo que parcial das corporações -- as polícias civil e militar – que legitimamente deveriam deter, em nome do Estado, o monopólio da segurança pública, é tanto mais grave se levarmos em consideração que uma parte dos homens que trabalham oficialmente como policiais civis e militares, bombeiros, e agentes penitenciários, exercem ilegalmente, como segundo emprego ou “bico”, atividades ligadas à segurança privada, que pode ser contratada tanto por cidadãos honestos e amedrontados dos segmentos mais favorecidos da população, quanto por criminosos.

Associando-se este quadro ao crescimento indiscutível da violência no Rio, não é de estranhar que o sentimento de insegurança da população esteja aumentando. Pesquisa recente (Morais, 2003) mostra a mudança do comportamento do carioca, em face do fenômeno: em 1999, 39,1% dos entrevistados já não saía à noite, passando este percentual para 55,3% em 2003. De igual maneira, o espaço público está cada vez mais sendo percebido como perigoso: 65,7% dos entrevistados em 1999 “evita passar em alguns lugares”, atingindo este percentual a casa dos 85,8% em 2003 (Morais, 2003:34).

Bairros tradicionais do Rio, que outrora eram valorizados pela qualidade do espaço público, como Copacabana e Tijuca, encontram-se em acelerado processo de desvalorização do mercado imobiliário. Conforme se registra na parte etnográfica deste texto, há uma corrida para a Barra da Tijuca onde se multiplicam os condomínios fechados e se propõe um estilo de vida centrado em espaços e segurança privados.

SEGUNDA PARTE: FAVELA E REDES SOLIDÁRIAS. FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR NO RIO DE JANEIRO

1. Os primeiros movimentos de favelas e a estruturação das associações de moradores

Embora os estudos sobre favelas mostrem que tentativas pontuais de erradicação as tenham acompanhado desde sua origem no início do século passado (Valladares, 2000), o Código de Obras de 1937 será o primeiro documento oficial a tratar abertamente da eliminação das favelas. Mas que alternativas eram dadas àqueles que habitavam os morros? No início dos anos 1940 a alternativa encontrada foi a criação pelo governo federal de parques proletários, cujo objetivo era disciplinar o favelado, tornando-o cidadão “ajustado”, inculcando-lhe o gosto pelo trabalho e o sentimento patriótico (Medeiros, 2002). Porém, ao colocar em contato o Estado e os marginalizados, os parques proletários acabam por incentivar um processo embrionário de organização dos moradores das favelas, preocupados com a generalização de tal medida. Ignorando as intenções e ações do poder público, as favelas não paravam de crescer.

Com o fim do Estado Novo (1937-46), a favela passa a figurar recorrentemente nos discursos oficiais como problema básico do Rio de Janeiro. Dois fatores são chave para se entender a visibilidade e o status político que a favela adquire nesse período: por um lado, seu intenso crescimento -- nos anos 1950, a população favelada representava 7% da população total do Rio de Janeiro (Abreu, 1987); por outro, o temor de que os favelados sucumbissem à “tentação” comunista. A partir de um acordo entre a prefeitura e a Igreja Católica, e com a missão de enfrentar o “perigo vermelho”, é criada a Fundação Leão XIII (SAGMACS, 1960; Leeds e Leeds, 1978; Parisse, 1969; Valla et alii, 1986) que, pouco a pouco, passa a atuar como instrumento auxiliar dos órgãos da burocracia estatal.

Durante o governo do presidente Dutra (1945-1950), ao lado da concepção segundo a qual a resolução do problema representado pelas favelas poderia se dar a longo prazo, através de trabalho de promoção social, persistem idéias semelhantes às que inspiraram os parques proletários. Os favelados, até aqui, não se haviam constituído como atores sociais efetivos e sua resistência se dava de forma “passiva e amorfa, baseada na simples pressão quantitativa” (Machado da Silva 2002:227).

A década de 1950 inicia-se com a vitória expressiva de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais. Os trabalhadores e lideranças sindicais, fortemente reprimidas durante o governo Dutra, encontram terreno de ação bem mais favorável. No caso específico do Rio de Janeiro, esta mudança de atitude política é ilustrada pela criação, em 1952, do Serviço de Recuperação de Favelas que, a despeito de sua modesta intervenção prática, representou um significativo avanço em relação ao governo anterior. “Pela primeira vez”, apontam Leeds e Leeds (1978:205), “a idéia de urbanização in loco começou a aparecer na discussão pública sobre as favelas”.

Surgem, em 1954, as primeiras associações políticas nas favelas no rastro da movimentação que provocou a fundação da União dos Trabalhadores Favelados. Idealizada como experiência cooperativa dos moradores do Morro do Borel e sob liderança do advogado Magarinos Torres Filho, seu objetivo imediato era custear a ação judicial contra a ordem de despejo movida pela Borel Meuren Ltda, mas mobiliza rapidamente outras favelas. Ainda assim, “o movimento articulado em torno da UTF não pode ser definido como movimento vindo puramente ‘de dentro’, espontâneo, produto das questões locais vividas pelos moradores” (Lima, 1989:107).

A escolha do nome para a nova instituição -- “União dos Trabalhadores Favelados” -- não deixa dúvidas de que, ao menos no plano retórico, tencionava-se colocar em pé de

igualdade as lutas por salário e as lutas por habitação. Apesar de oficialmente a entidade ser a-partidária, a ligação da UTF com o Partido Comunista revelou-se um aspecto central na articulação do movimento de favelados.

Diante da “ameaça vermelha”, a Igreja Católica funda, em 1955, a “Cruzada São Sebastião” cujo um dos objetivos centrais era a “reeducação social” do favelado. Assim como já ocorrera com a Fundação Leão XIII, a Cruzada acabou, na prática, atuando como uma agência implementadora da política governamental que, à época, passa a contar com um novo órgão, o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas). Criado pelo então prefeito Negrão de Lima, em 1956, tinha por finalidade intervir em todas formas de moradia de áreas pobres e coordenar os diversos órgãos que lidavam com a população favelada.

Os esforços da Igreja e do Estado, contudo, não foram suficientes para evitar que as lideranças do movimento de favelas passassem a estabelecer vínculos orgânicos com os partidos, em particular com o PCB e o PTB. Em 1959, é fundada a Coligação dos Trabalhadores do Distrito Federal, cujo principal objetivo era lutar pela melhoria das condições de vida “através do desenvolvimento de um trabalho comunitário” (Fortuna e Fortuna, 1974:104). A categoria “favelado”, como observa Burgos (2002), vai pouco a pouco tornando-se abrangente a ponto de se colocar como identidade coletiva dos marginalizados.

Diante do recrudescimento das organizações faveladas, o SERFHA propõe, em 1961, uma “operação mutirão” e organiza associações de moradores em 75 favelas, todas comprometidas a executar, sempre em acordo com o poder público, melhorias nos espaços das favelas. Machado da Silva (1967) aponta para o ideal democratizador da iniciativa, mas ressalta que, na prática, as associações contribuíam para a subordinação política dos moradores.

Apesar de sua centralidade, as associações de moradores não representavam as únicas práticas associativistas dos favelados. Valladares (1977) ressalta o perfil heterogêneo das primeiras associações voluntárias – instituições religiosas, escolas de samba, grêmios – em torno das quais reuniam-se pessoas de vários grupos ocupacionais e sociais da favela. Funcionando na base de uma participação voluntária, cumpriam um importante papel integrador, articulando a favela com a sociedade global pela inserção de seus moradores – predominantemente migrantes – em uma sociedade em transição.

As medidas governamentais, desde o fim do Estado Novo ao início dos anos 1960, oscilam, portanto, entre posturas altamente repressivas e momentos de maior tolerância que, não por mera coincidência, correspondem justamente aos momentos eleitorais. A importância política que adquire a favela nesse período torna-se evidente no número de estudos e projetos governamentais dedicados à “solução” do problema, na sua presença na grande imprensa, em projetos de leis e em comissões parlamentares.

Com o golpe militar em 1964, os conflitos se acirram. A ameaça de remoção, que sempre pesara sobre os favelados, assume novas e sérias proporções, principalmente a partir de 1968, quando foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana do Grande Rio (Chisam) com o intuito de estabelecer uma abrangente política de erradicação para o conjunto das favelas dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro . Organizados em torno da Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara (FAFEG), os favelados passam a lutar tanto pelo retorno à democracia quanto pelo fim da política de remoção. Tal resistência custou-lhes dura repressão policial e a prisão e morte de vários de seus líderes.

Apesar de seu enorme impacto político, o programa de remoção das favelas teve resultados objetivos muito aquém das expectativas das elites. Removeram-se 80 favelas, mas

o número de favelados continuou a crescer: entre 1968 e 1973, o Rio teve um aumento de 74% no número de novas pequenas favelas e 36,5% no de favelados (Abreu, 1988). O que se verificou, na prática, foi a construção da trajetória favela-conjunto habitacional-favela, revelando o fracasso da política de erradicação (Valladares 1978).

A partir de 1974, a política de remoção foi perdendo espaço ao mesmo tempo em que o movimento dos moradores de favelas conseguia rearticular antigas entidades e mobilizar novas lideranças. Já no final da década, as favelas começaram a ser parcialmente urbanizadas, em escala até então inédita. Os anos 1980 iniciam-se inaugurando uma nova forma de relacionamento do poder público com as favelas no Estado do Rio de Janeiro: as ações arbitrárias da polícia contra os favelados passaram a ser reprimidas, criaram-se diversos programas voltados para a urbanização das favelas (sistemas de água e esgoto foram levados a cerca de setenta favelas) e sepultaram-se as propostas remocionistas com a implementação do programa “Cada Família, um Lote” que regularizou as propriedades em várias áreas faveladas (Pandolfi e Grynszpan, 2002). Estas ações foram realizadas no âmbito do governo de Leonel Brizola (1983-86), líder populista exilado durante a ditadura que estreitou de maneira inédita os laços entre o governo do estado e as associações de moradores as quais foram atribuídas responsabilidades públicas. “Em pouco tempo”, explicam Pandolfi e Grynszpan, “muitos diretores de associações e lideranças comunitárias estavam dentro da máquina administrativa” (2002: 249). . Modificavam-se os padrões de urbanização no espaço da favela e, concomitantemente, a maneira de fazer política de suas lideranças.

2. A favela em tempos de fragmentação

Nos anos 1990, inicia-se o processo de desarticulação das associações de moradores, até então principal centro de organização política das favelas. A opção pela mobilização política foi aos poucos substituída pelo pragmatismo e pela burocratização de suas atividades. O

clientelismo e o fisiologismo continuam a caracterizar suas relações com o poder público e a sociedade civil, na medida em que as reivindicações da população não são percebidas como direitos, mas como dependentes da boa vontade dos políticos com os quais a Associação eventualmente negocia. Some-se a isso o medo imposto às populações faveladas pela presença das organizações do tráfico de drogas, sobretudo a partir dos anos 80. Criam-se as condições para a reedição do “mito das classes perigosas”, relacionado à pobreza em geral e à favela e seus jovens em particular.

Esta desmobilização política, contudo, não tem impedido que as associações de moradores continuem a ser reconhecidas pelo poder público como representantes oficiais das populações faveladas. Tanto é assim que foram chamadas a participar da implementação do mais recente programa de intervenção urbanística nas favelas cariocas em nível municipal, o chamado Favela-Bairro. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Caixa Econômica Federal, tem como eixo principal obras de melhoria da infra-estrutura básica (redes de água e esgoto) e de melhoria e/ou construção do sistema de acessibilidade. Seu objetivo mais enfatizado é o da integração da favela ao bairro em que está localizada.

De forma mais ou menos concomitante a estas mudanças, faz-se notar nas favelas um novo ator: as organizações não-governamentais. Estabelecidas de início na esfera privada das relações sociais, distantes das tradicionais instituições políticas, de pronto passaram a gravitar em torno de instituições maiores e mais consolidadas -- igrejas, universidades, centros de pesquisa, partidos políticos, sindicatos e agências do Estado.

O crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente em âmbito local, foram aspectos importantes que marcaram a última década. O “público/estatal”, o “público/não-estatal” e mesmo a iniciativa privada tornam-se parceiros na formulação e implementação de projetos e programas de intervenção social --

focados e temporários --, gerando, inclusive, cooperação no setor terciário da economia e no âmbito informal. Vale notar, assim como o faz Joseph (neste livro) para o caso de Lima, que este contexto, ao mesmo tempo em que favorece o surgimento de novos processos e canais de reivindicação e negociação, anima demandas particularistas e uma atuação dos movimentos sociais que os transforma em co-participes das ações estatais.

Mais e mais a noção de “redes movimentalistas” (Doimo,1995) passa a fazer sentido para a compreensão da estrutura organizativa das mobilizações populares urbanas no Brasil. Passando ao largo dos canais convencionais de comunicabilidade política e acionando uma gama de relações informais, estas redes são capazes de agregar pessoas com diferentes *backgrounds*. São redes territoriais, temáticas e de influência que cruzaram transversalmente diversas instituições de porte, como a Igreja Católica e o ecumenismo secular, envolvendo segmentos da academia e agrupamentos de esquerda, inclusive alguns partidos e setores do sindicalismo.

O próximo item apresenta dois casos que consideramos paradigmáticos desse processo de fragmentação e reorganização em rede das ações coletivas na favela. Chatô e Travessia, a despeito das diferenças que um olhar menos atento possa tomar como irreconciliáveis, são examinados enquanto duas pontas dessa mesma dinâmica.

3. Chatô e Travessia: “casos particulares do possível”

3.1. Algumas características gerais

A ocupação do Morro do Chatô data das primeiras décadas do século passado. Consolidada em pouco mais de setenta anos, tornou-se uma das maiores favelas da cidade, contando, segundo a associação de moradores local, com cerca de 10 mil habitantes, majoritariamente originários do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma das quase trinta favelas existentes na Tijuca, tradicional bairro da zona norte cujo mercado imobiliário

encontra-se em acelerada deterioração. Os tijucanos de classe média, desde o início dos anos 1990, vêm-se deslocando para outros bairros da cidade buscando evitar, por um lado, às ações violentas que decorrem do enfrentamento da polícia com o tráfico de drogas e, por outro, o clima bélico que se instaura no entorno das favelas quando diferentes facções brigam pelo controle do tráfico em determinada região.

A ocupação de Travessia é bem mais recente. O estabelecimento do primeiro núcleo data do início da década de 1950, porém, até meados da década seguinte, a densidade populacional era ainda rarefeita. Foi nos anos 1970, com o *boom* da construção civil na Barra da Tijuca, que o cenário da favela se transformou. A construção da infra-estrutura (notadamente a viária) e dos condomínios fechados (voltados para as classes A e B que até hoje aspiram fazer da Barra a Miami da América do Sul), atraíram para a região um grande contingente de mão-de-obra constituída especialmente por imigrantes nordestinos que acabaram por instalar-se em abrigos precários ao longo da Estrada de Jacarepaguá. Ainda hoje este perfil eminentemente nordestino se mantém em Travessia.

Na década de 1990, o chamado Complexo da Travessia passou a ocupar uma área duas vezes maior, tendo sua população atingido, segundo estimativa da Associação de Moradores de Travessia - AMAT, a marca de 110 mil habitantes à época da pesquisa.

3.2. A atuação das associações de moradores

“[A]qui tem mais de 10 mil moradores, mas não tenho 400 associados que pagam a associação. O restante fica usufruindo. Por aí se vê que a comunidade não é participante”. (Carlos presidente da Associação de Moradores do Morro do Chatô - AMMC).

“Não é que tudo tem que passar pela Associação, mas o morador sabe que conta com uma infraestrutura, uma organização em que pode confiar. Tinha (...) muito trabalho voluntário

antes do Marquinhos [presidente da AMAT]. Mas todo mundo sabe que sem ele, sem a associação, Travessia não teria o que tem hoje” (André, assessor de imprensa da AMAT).

Desde a luta inicial contra a remoção das áreas ocupadas, até as mobilizações por serviços urbanos e equipamentos coletivos, as associações serviram como intermediárias entre o “morro” e as instâncias políticas mais gerais. No entanto -- ou por isso mesmo--, a grande maioria acabou por tornar mais saliente o aspecto administrativo de suas atividades. Como contrapartida deste pragmatismo que as tornou eficientes intermediárias de recursos públicos, veio o esvaziamento político, a desmobilização de que se queixa Carlos e que podemos constatar nos relatos dos moradores. Apesar de muitos serem usuários dos serviços prestados pela associação – recepção e distribuição de correspondências; sistema de alto-falantes, que permite a transmissão de recados importantes; certificação de compra e venda de imóveis; estabelecimento de convênios com o poder público e a população local --, pouquíssimos eram os que a percebiam como o canal prioritário ou mais eficiente para suas ações coletivas:

“Antes quem eram os líderes lá dentro? A associação, estritamente o presidente; as igrejas mais atuantes, que era a Igreja Católica, e nada mais. Hoje todo mundo caminha com suas pernas. Tem gente, por exemplo que é empregada na Prefeitura que lidera movimentos de mulheres, que lidera movimentos de associações, não só da favela, mas fora também”.

O testemunho de Heitor, liderança católica que atua no Chatô desde os anos 1970, ao mesmo tempo em que deixa clara a fragmentação política hoje existente na favela, aponta para o surgimento de novas lideranças que podem falar em nome dos mais variados segmentos de moradores e trabalhar para melhorar-lhes as condições de vida e lhes ampliar a cidadania. Ou seja, tratar-se-ia de uma divisão de poder que permitiria aos moradores aumentar seus espaços de atuação e representação, sem a interferência das organizações do tráfico de drogas.

Formatted

As informações disponíveis apontam para uma grave crise vivida pela AMMC, há cerca de dois anos, fomentada pela corrupção de dirigentes e a interferência do narcotráfico. Porém, tudo sugere que, apesar do reduzido número de sócios pagantes e das dívidas com a Prefeitura, a associação pode estar recuperando, ao menos em parte, seu papel de mobilização e representação política. A eleição de Carlos tendo como vice-presidente João, coordenador da JOCUM⁹, bem como o fato de ter conseguido liderar de forma tão bem sucedida um recente movimento que expôs de forma pacífica o sentimento de revolta contra a polícia que teria assassinado de forma brutal quatro jovens trabalhadores, podem ser indicadores do seu fortalecimento político. O mencionado movimento, de caráter pacífico e ordeiro, acarretou eventos extremamente significativos e inéditos: nos dias que se seguiram à “Passeata pela Paz”, lideranças foram recebidas pelo Secretário de Segurança Pública e ex-governador do Estado, Anthony Garotinho; a história dos quatro rapazes mortos ganhou expressiva cobertura da imprensa; o Chatô recebeu a visita de altos escalões do governo federal que, pela primeira vez em sessenta anos, foram pessoalmente ouvir suas demandas por justiça, respeito e segurança. Mais recentemente recebeu a visita de representante da ONU.

Não muito longe do Chatô, Marquinhos e sua equipe celebram os resultados de uma pesquisa feita recentemente em Travessia: “Do total dos entrevistados, 26% são filiados à associação, um percentual bem acima do vínculo com outras entidades” (Alkimin 2002, 128). A atual diretoria, que se elegeu com 95% dos votos, foi considerada ótima por 20% dos

⁹ Fundada há 40 anos nos Estados Unidos e presente em mais de 140 países, a JOCUM (Jovens com uma Missão) é formada por missionários oriundos de diversas denominações protestantes. Chegou ao Brasil em 1976 e atualmente possui representação em todos os estados, desenvolvendo trabalhos de evangelização e de cunho assistencialista.

entrevistados e boa por outros 47%. Ali, o primeiro estímulo à associação surge em 1969 sob a forma de resistência à ameaça de despejo. Conquistada a desapropriação do terreno junto ao governo estadual, a comissão de moradores desarticula-se e a mobilização só é retomada dez anos depois pela instalação de uma rede de luz elétrica (Oliveira 1988). Mas pouco a pouco a associação foi se articulando, acumulando vitórias concretas nas reivindicações por melhorias locais e ganhando legitimidade suficiente para colocá-la à frente da organização de um processo até certo ponto seletivo de ocupação do território, guiado, sobretudo, pela identidade nordestina. Como no caso do Chatô, à associação de moradores coube um papel fundamental na consolidação e ampliação de Travessia, sobretudo como organizadora das ações de resistência às tentativas de remoção. Porém, à diferença do que ocorreu tanto com a AMMC quanto com várias de outras favelas, à conquista do território não se sucedeu (após aquele interregno entre 1969 e 1979) o esvaziamento da associação ou redução da abrangência de sua autoridade – ao contrário. Em Travessia, a associação logrou deslocar a mobilização dos moradores da questão do território para a da preservação de um estilo de vida que a singularizaria em relação às demais favelas cariocas. Dito de outro modo, o que parece ter ocorrido foi a substituição da ameaça de despejo por outra ameaça de perigo equivalente na percepção dos moradores: a tomada da favela pelos criminosos ligados ao tráfico de drogas:

“O que temos aqui nenhum morador de comunidade tem. Travessia é um lugar abençoado, (...) aqui não tem bandido, não tem tráfico de drogas. É uma comunidade abençoada mesmo, de gente trabalhadora. Mas foi com muita luta que a Travessia conseguiu essa paz. Se não fosse a união dos moradores, (...) a luta da associação, a força do Marquinhos, isso aqui já estava tomado de bandido igual às outras comunidades” (moradora há 30 anos em Travessia).

O mito fundador desta “comunidade abençoada”, desta “ilha de tranquilidade, cercada de violência por todos os lados” na definição de um morador, remete à ação da “polícia

mineira”¹⁰. A delegacia da região confirma que, nos últimos seis meses, não houve um só registro de crime ligado ao tráfico de drogas.

Há diferentes versões para a atuação da “mineira”, inclusive aquela contada pela diretoria da AMAT que garante, até certo ponto de forma ambígua, já não existir um grupo articulado “porque hoje a comunidade já tem fama de lugar de gente honesta e bandido sabe que aqui não se cria”. Uma de nossas informantes, ex-moradora nascida em Travessia, sugeriu que o poder da associação encontraria seu principal pilar de sustentação em ameaças veladas ou mesmo em atos explícitos de violência praticados por pessoas ligadas aos diretores da AMAT ou por policiais militares que seriam pagos por ela para “manter a ordem”.

Confirmar se a “mineira”, como organização para-legal, continua existindo ou não, interessa menos do que observar como a atual diretoria da AMAT se tem utilizado do poder que advém da crença coletiva em sua onipresença e onisciência. Desde desentendimentos entre marido e mulher e brigas entre vizinhos até a venda de entorpecentes, tudo parece chegar, de uma forma ou de outra, aos ouvidos de Marquinhos. O presidente da Associação, agora em seu segundo mandato consecutivo, acaba assumindo as funções de provedor,

¹⁰ Grupos locais que se dedicam a uma espécie de policiamento privado (ilegal e discricionário) em favelas e na periferia da cidade, alguns dos quais surgiram sob inspiração de uma organização paramilitar de policiais denominada “Esquadrão da Morte”, criada durante o período da ditadura militar, cujo objetivo básico era matar (e achacar) bandidos. Há forte evidências da ligação entre a “polícia mineira” e as atividades subterrâneas das agências policiais regulares ainda que, em alguns casos -- como demonstra a citação acima -- haja suporte popular para suas atividades.

conselheiro e intermediador. O centro político da favela encontra sua autoridade, portanto, na figura de um presidente cuja estratégia de promoção inclui desde faixas espalhadas pela favela com dizeres populistas do tipo “Marquinhos saúda os namorados” e “Mais um centro de lazer – Valeu, Marquinhos!”, passando pela distribuição de duas mil rosas no Dia das Mães, até relógios de parede com o retrato do sorridente líder comunitário.

Alvito (2001) observa, como característica comum aos presidentes de associações de moradores, o fato de que todos são cabos eleitorais, parte da engrenagem que mantém em movimento um sistema político em que melhorias nas condições de habitabilidade são trocadas por votos. No caso de Travessia, o presidente da associação parece ter dado um passo adiante: Marquinhos (como aliás outros líderes locais que presidiram associações, e que foram desconsiderados na generalização de Alvito) já não se presta ao papel de cabo eleitoral, mas é ele próprio o político que aspira, como nos revelou seu assessor de imprensa, “ser o representante político de todas as comunidades”. Em 2000, candidatou-se a vereador e, dois anos depois, a deputado estadual. Embora tenha obtido expressiva votação em ambas as ocasiões, não conseguiu eleger-se para nenhum dos postos.

Marquinhos tem como projeto estender às demais favelas o que acredita ser um “trabalho comunitário de verdade”: projetos de lazer e educação, distribuição de cestas básicas para as famílias mais carentes e um desejo de fazer da favela “um lugar bom de se morar e bonito de se ver” (à época da pesquisa, a AMAT alegava distribuir 300 cestas básicas por mês e atender a 1.500 crianças e jovens através de atividades de esporte e lazer, cursos de inglês, espanhol e informática). Travessia estaria, portanto, deixando de ser “favela” para se tornar uma “comunidade”.

Esta contraposição entre “favela” e “comunidade”, apesar de ser fundamental em Travessia, não lhe é exclusiva. Carlos gosta de dizer aos seus vizinhos do Chatô que é preciso

“tirar a favela de dentro de si”. Sairia a favela e entraria a “comunidade”, ou seja, sairiam as características negativas associadas à identidade de favelado -- os “maus hábitos” que “denigrem a própria pessoa e a própria comunidade” --, e dar-se-ia ênfase a comportamentos e atitudes solidários em seu sentido mais amplo. Mas de que é feita exatamente uma “comunidade”? Apesar das variadas e contingenciais definições que o termo possa assumir, todas as falas apresentaram como elemento comum a crença de que, para se construí-la, é preciso articular uma rede de iniciativas sociais e coletivas que, para além de suas ações imediatas, produziram um sentimento de valorização do “ser-favelado”, ou seja, um capital social. É dessa rede de iniciativas que trataremos a seguir.

3. 3. As organizações locais e as redes

Apesar de sua atuação como provedor de equipamentos coletivos ou como gestor de projetos sociais certamente estar muito aquém das necessidades concretas de uma população pobre como a do Chatô, o poder público marca sua presença através de parcerias com representantes e agências locais. Justamente por isso, a visualização das fronteiras entre as diversas formas de associativismo torna-se cada vez mais complicada. Essas iniciativas já não se organizam de forma autônoma, mas através de redes de movimentos que, ora dependentes do poder público, ora em oposição a este, mobilizam condutas coletivas capazes de ultrapassar os pertencimentos de classe e gerar alternativas concretas em contextos de escassez.

Um exemplo deste formato de atuação de “horizontalidade resificada” (Carrano, 2002) é a chamada “Agenda Social Rio”, um “expressivo fórum de organização e desenvolvimento comunitário que pretende concorrer para uma ampla rede de permutas e projetos sociais (apoio e serviços) na região da Grande Tijuca” (Silva, 2003:16), área composta por 7 bairros e 29 favelas. Conforme folheto de divulgação da Agenda, esta promove ações que integrem bairros e favelas. Sob a coordenação do IBASE e contando com financiamento da Organização

Holandesa para a Cooperação ao Desenvolvimento (NOVIB), fazem parte desta empreitada mais de uma centena de instituições públicas e privadas, além de grupos que atuam na área .

As organizações e projetos sociais em curso no Morro do Chatô integram a Agenda Social Rio. Entre estes, o mais antigo é o trabalho desenvolvido pela Igreja Católica que iniciou suas atividades pastorais no Chatô em 1976. Apesar de já não ocupar um lugar central na oferta de serviços à população local, ainda hoje configura-se como uma das principais forças mobilizadoras e organiza suas atividades em torno de três eixos: formação religiosa, educação e saúde. Além destas atividades regulares, a Pastoral presta ajuda habitacional em casos extremos, como risco de desabamento, densidade domiciliar excessivamente alta ou realocação de famílias que perderam a casa em acidentes. Tem sob sua supervisão, total ou parcial, três creches e um colégio.

Ainda nas instalações da Pastoral, funciona um Posto Avançado que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por iniciativa de Heitor, mantém no Chatô desde maio de 1989. Assim como no caso dos outros seis postos da OAB-RJ inaugurados no início da década de 1990, a intenção é criar possibilidades de acesso ao direito formal para os habitantes de espaços não-regulados.

As fichas de atendimento, em sua maioria ainda escritas à mão, registram centenas de casos de retirada de documentos (são muito comuns pedidos de certidões de nascimento, inclusive para adultos), investigação de paternidade, ação de alimentos, divórcio e guarda de filhos, até mesmo para familiares de traficantes locais, cuja atividade criminal não aparece nas áreas civil, nem trabalhista. De qualquer modo, nos casos cuja solução envolveria processo na justiça, a Dra.Marlene chama as partes envolvidas para um acordo amigável, sem recurso aos trâmites legais:

“Ele [jovem traficante] tinha um filho. A menina [mãe] precisava de dinheiro para sustentar a criança. (...) Mandeí chamar a irmã [do traficante] e falei: ‘Vem cá, não tem como ele dar?’ ‘Ah, doutora, ele vai dizer que não dá...’ ‘Não tem problema, a gente chama ele, faz um pacto, ele diz quanto pode dar para ela e todo mês ele me manda um dinheiro. Vem aqui no escritório, paga, faço o recibo e dou [à mãe da criança]. Assim, ficou um ano e pouco. Só parou porque ele morreu. Não foi conforme o trâmite legal, porque ele, por ser um comerciante ilegal, não queria ir à Justiça (...)” (Dra. Marlene).

O Posto também atendia reclamações trabalhistas, quando ali estagiavam vários estudantes de Direito. Embora tenhamos conversado com moradores que vinham solicitar orientação nesta área, a Dra. Marlene informou que, devido à falta de pessoal – no momento conta apenas com o trabalho voluntário e esporádico de dois advogados, com uma secretária e com uma antiga moradora que faz a faxina e prepara o café --, praticamente não aceita mais este tipo de caso.

Apesar das dificuldades, o serviço ofertado, como se pode constatar nas longas visitas de observação que os pesquisadores fizeram ao Posto e nas várias entrevistas com a clientela, não se restringe ao atendimento jurídico propriamente dito:

“Venho aqui praticamente toda semana. Foi a doutora que realizou meu casamento, foi com ela que tirei a certidão dos meus quatro filhos e com quem consegui a pensão para minha mãe quando meu pai morreu. Teve uma vez que o meu marido estava andando com uma vagabunda do morro (...) e tive vontade de esganar os dois. Vim aqui e a doutora me aconselhou muito (...). É como se ela fosse (...) uma palavra de orientação” (moradora no Chatô há 24 anos).

À Dra. Marlene, que comparece ao Posto duas tardes por semana, cabe, portanto, intervir como assistente social, psicóloga e confidente. Nas duas pequenas salas onde funciona o Posto, realizam-se conciliações, casamentos, negociações e disputas no mínimo estranhas à

lógica restrita do Direito formal. Trata-se de um trabalho mais amplo de esclarecimento e resgate das noções de direitos e deveres preexistentes ou nebulosamente percebidas pelos clientes:

“Meu trabalho aqui é dar a eles justiça (...) Eles [os traficantes] lá são a lei e eu sou a lei aqui de baixo (...). Quando falam: ‘Ah, doutora, se com a senhora não der certo, vou pedir ao [traficante]’. Eu falo: ‘Então vai pedir agora porque a minha lei não é rapidinha assim, (...) mas garanto que nunca vou te pressionar para nada’. Com eles [traficantes], não. (...) Eles [moradores] querem realmente entrar nesse mundo cá embaixo”.

Como elemento motivador do trabalho de Marlene, reconhecido e respeitado por moradores e lideranças locais, estaria, portanto, o desejo de opor-se à lógica da arbitrariedade e “do terror” imposta pelos traficantes. Na medida dos limites da justiça formal, tenta, inclusive, minimizar os efeitos do engajamento no tráfico sobre as famílias de criminosos, procurando convencer, sempre que possível, traficantes locais a contribuírem para o sistema nacional de aposentadorias enquanto autônomos.

Os Postos Avançados da OAB constituem-se na concretização de demandas da Ordem dos Advogados do Brasil que, após a promulgação da Carta de 1988, passou a reivindicar enfaticamente a incorporação de inovações ao sistema judicial brasileiro, ou seja, o estabelecimento de novos mecanismos para a solução de litígios objetivando a agilização dos trâmites processuais. Assim, os Postos Avançados, conforme se pode verificar pelas informações apresentadas, buscam ampliar o acesso à justiça através de uma estrutura menos burocrática e mais inserida na “comunidade” sem, contudo, abrir mão do advogado como figura de autoridade, representativa da *Lei*. Em um momento em que o discurso refratário ao respeito e/ou reconhecimento de direitos de cidadania dos segmentos mais pobres ganhava força animado pela cultura do medo, a assistência jurídica era percebida como o mecanismo

mais adequado e urgente para fazer chegar àquela população, acostumada a resolver seus conflitos fora do sistema legal, os benefícios de um Estado democrático de direito.

Por isto mesmo, o Posto Avançado está sendo tomado menos como instituição jurídica e mais como cenário privilegiado onde se desenvolvem novas dinâmicas de sociabilidade que emergem do encontro de diferentes atores, cujas noções de direito e expectativas em relação à justiça são aparentemente irreconciliáveis. Conforme se viu, a Dra. Marlene não se pauta apenas pelos trâmites jurídicos convencionais, operando com normas e valores os mais diversos que convivem sob formas e em combinações as mais complexas. Ao mesmo tempo em que, quase sempre através de terceiros, lida com os traficantes locais, seu trabalho implica o relacionamento com as práticas e visões de mundo de evangélicos e católicos, de jovens e adultos, de homens e mulheres, das organizações que operam no local, aí incluída a associação de moradores e o acionamento de estratégias que ativam a persuasão e o convencimento na resolução de conflitos e na obtenção de acordos e conciliações (Souza Neto 2001:84).

A necessidade de se fazer frente ao tráfico de drogas, em verdade, aparece hoje como uma das principais razões para o surgimento e articulação de ações coletivas, tanto no Chatô, que há anos convive com este problema, quanto no Travessia, onde a ausência do tráfico de drogas é tida como a moeda mais valiosa entre seus moradores. Porém, mais do que uma simples questão de tolerância, a reação positiva do “movimento” aos projetos sociais existentes no Chatô é lida como uma demonstração de que, no limite, os traficantes também fazem parte da “comunidade” solidária que se quer construir:

“O tráfico não nos incomoda. Por quê? São pessoas da comunidade. (...). Então, existe um respeito muito grande. (...) eles são muito abertos ao trabalho social. (...) O trabalho da JOCUM é justamente tirar jovens viciados do tráfico. Se não fosse aceito o trabalho social,

Formatted

esta entidade não poderia funcionar aqui. (...) existe uma percepção deles de que seus familiares, seus filhos, não passem o que eles estão passando.” (Carlos)

“Antigamente”, recorda um dos nossos entrevistados, “se dizia que o Chatô tinha dois donos: um era o Elias e outro era o Padre Heitor”. Mas, se Elias continua, mesmo preso, “mandando no Chatô”, Heitor já não representa a única força a lhe fazer concorrência. Hoje, ao menos tão expressiva quanto a liderança católica, é aquela constituída por Pedro, missionário da JOCUM que reside e atua no Chatô desde 1989.

Os outros treze missionários que atualmente moram no Chatô realizam tarefas distintas dependendo do ministério escolhido por cada um. Em conjunto, prestam serviços em seis frentes principais: creche; escolinha de futebol; escola de música para crianças e adolescentes; oficina de culinária e artesanato para mulheres; alfabetização de jovens e adultos; posto médico.

Localizada em uma das áreas mais pobres do Chatô, a creche atende a 27 crianças entre três e cinco anos. Como não há pedagogos na equipe, o trabalho é menos voltado para um conteúdo educativo específico, do que para o que consideram uma formação cristã em seu sentido mais amplo. A intenção, segundo uma das missionárias envolvida com o projeto, é “livrar a criança dos maus hábitos que ela traz de casa”, inculcar-lhes valores positivos que estariam ausentes em sua estrutura familiar. Esta mesma intenção anima os missionários que trabalham com as escolinhas de futebol e música.

Se o trabalho de evangelização é transparente nas atividades cujo público-alvo são crianças e adolescentes, no caso do posto médico a relação entre catequ岸ização e caridade é bem mais sutil. Não fosse pela pequena caixa de orações e a referência à bíblia em um cartaz pendurado em uma das paredes laterais, seria difícil identificar aquele espaço como pertencente a uma organização religiosa. Ali são realizados, em média, 150 atendimentos por

semana, inclusive aos traficantes – uma procura bastante elevada em relação à capacidade de atendimento e às modestas instalações. Remédios são distribuídos aos portadores de receita médica. Já os preservativos, apenas a quem é casado.

Tanto a sustentação dos missionários quanto a implementação dos projetos da JOCUM são garantidos por doações de outras instituições religiosas ou de ONGs internacionais. Quando realizamos o trabalho de campo, João e seu grupo aguardavam resposta a um documento encaminhado à Câmara de Vereadores em que eram esclarecidas as atividades da JOCUM na favela e pedido o reconhecimento de sua utilidade pública, o que abriria a possibilidade de angariar recursos junto à Prefeitura.

Outra ONG cujo público-alvo são as crianças e os jovens é a Associação Projeto Roda Viva cujo objetivo, explicitado em seu estatuto, é “promover o desenvolvimento da cidadania plena de crianças e adolescentes socialmente marginalizados”. No Chatô, esta ONG atua desde 1990 com o projeto “A comunidade construindo seu futuro”, cujo objetivo principal é oferecer às crianças e aos jovens opções de atividades ligadas à área de educação, lazer e artes. Sem sede própria, utiliza-se da quadra comunitária da Igreja Católica, do Centro Integrado de Educação Pública localizado em rua próxima, das creches comunitárias e da sede da AMMC para desenvolver suas atividades.

Entre os outros agentes externos com presença expressiva no Chatô, encontra-se a ONG Gestão Comunitária: Instituto de Investigação e Ação Social. Desde 1995, desenvolve o projeto “Comunidades na Luta Contra a AIDS: Um programa em saúde reprodutiva”. O trabalho dos agentes, recrutados na própria favela, é o de abordar amigos e conhecidos, com a finalidade de conscientizá-los a respeito do perigo e das formas de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis. É feita uma distribuição regular de material informativo e de preservativos e, segundo uma de suas diretoras, “há uma receptividade

cada vez maior dentro da comunidade”. Uma das agentes relatou, contudo, a enorme dificuldade de se ultrapassar os preconceitos, principalmente religiosos:

“O morro hoje é praticamente todo evangélico. Reparou que não tem mais um terreiro [de umbanda e candomblé] no Chatô? Os crentes (...) converteram todo mundo. Tem uns com quem a gente consegue conversar, falar sobre o uso da camisinha, mas tem outros que chegam a mal-tratar a gente (...) Depois, as filhas, de onze, doze anos aparecem grávidas, é aquele Deus nos acuda (...)”.

A forte presença pentecostal no Chatô não transparece apenas nos pequenos templos que se multiplicam pelas ruelas, ou nos homens e mulheres com suas bíblias embaixo do braço, mas inesperadamente em um monumento erguido pelos traficantes em um ponto de grande visibilidade do morro. Bíblia esculpida em pedra, guardada por uma redoma, o monumento representaria uma homenagem do “movimento” à fé de seus parentes e amigos. “No fundo, no fundo, a vontade deles também é encontrar Jesus”, explicou-nos um dos missionários da JOCUM. Não são poucos os que atribuem, inclusive, a diminuição da violência no Chatô a uma “quase-conversão” dos traficantes. “Pelo menos eles não praticam mais a macumba, não precisam mais matar para agradar aos santos”.

Foi justamente com a intenção de perceber a dinâmica dessas mudanças a partir do relato de seus moradores que três agentes comunitárias do Chatô e do Dendê (favela contígua) criaram, em 1998, o projeto Condutores de Memória - um Histórico Cultural da Grande Tijuca. Foram recolhidos depoimentos de personagens marcantes da história das favelas da área, bem como de seus mais antigos moradores. Os entrevistados falam da conquista da água encanada, da chegada da luz elétrica, da luta para evitar a remoção dos primeiros barracos, e das primeiras associações de moradores.

Entre as relíquias do acervo do Condutores estão diversas fotos em preto e branco do arquivo pessoal dos moradores, além de documentos raros, como o estatuto original da União dos Trabalhadores Favelados. A intenção é montar um grande acervo sobre a história do bairro com fotos, mapas, entrevistas e documentos, além de monografias sobre o assunto.

Mais um exemplo efetivo da articulação em redes, o Condutores de Memória foi viabilizado graças a uma parceria com a Agenda Social Rio, o Ibase, a UERJ e a ONG Gestão Comunitária, e facilitado tanto pelo fato de suas idealizadoras trabalharem na Secretaria Municipal de Habitação, quanto por terem uma longa história de militância no Chatô e no Dendê. As idealizadoras avaliam que o projeto levou ao resgate das lutas travadas por seus antepassados, da auto-estima, à renovação de laços de amizade e, sobretudo, à conquista de uma identidade positiva a partir da construção de uma memória coletiva. Vale lembrar que este projeto se insere em um movimento geral de resgate da memória das favelas, existindo iniciativas semelhantes na Rocinha, na Mangueira (coordenado pela Escola de Samba) e no Complexo da Maré. Em 2003, as ONGs Viva Rio e Viva Favela criaram o site “Favela tem memória”.

O papel central cumprido pelas mulheres faveladas na articulação e implementação de ações solidárias é igualmente visível em um projeto pioneiro de geração de trabalho e renda no Chatô: o “Passadeiras Comunitárias”. Realizado em parceria com o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (IEDS), é coordenado por seis moradoras e está voltado para as mulheres com mais de 30 anos “que não têm escolaridade, mas têm qualidade, e que o mercado de trabalho não absorve”. O projeto funciona, desde janeiro, em uma sala cedida pela Associação de Moradores e, quando realizamos a pesquisa, atendia a 20 famílias do próprio Chatô (havia apenas uma cliente “da

rua”), empregando duas passadeiras que recebiam um salário-mínimo. A entrega das roupas fica a cargo de jovens também da própria favela.

Para as idealizadoras do Passadeiras Comunitárias, a maioria dos projetos voltados “para a comunidade”, a despeito das boas intenções dos envolvidos, sofrem com a escassez de recursos e, sobretudo, têm enorme dificuldade “em manter uma continuidade”. Aqueles que conseguem ir adiante estariam mais preocupados em disputar os jovens com o tráfico, através de atividades lúdicas, do que em garantir ao conjunto dos moradores a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e a conquista da cidadania. De fato, além das iniciativas já mencionadas, estão presentes na favela os projetos MEL (Movimento Esporte e Lazer da Prefeitura), Agente Jovem (ligado ao Ministério da Justiça e Secretaria Municipal de Habitação, capacita jovens de comunidades de baixa renda como agentes locais de cidadania e conservação dos bens públicos coletivos) e o Sambando com o Pé no Futuro (coordenado pela Associação das Mulheres Empresárias do Brasil - AMEBRAS/RJ -, promove oficinas de artesanato), todos eminentemente voltados para o público jovem.

Em Travessia as várias iniciativas também estão articuladas em rede, porém, de forma menos fragmentada. Faz parte da estratégia política da AMAT não apenas fazer com que toda e qualquer forma de trabalho voluntário vincule-se à associação, mas também centralizar todas as demandas. Como observa Burgos (2002:71), “Qualquer dia que se vá à sede da associação de moradores, assiste-se a um rosário de súplicas por parte de moradores (...). Dificilmente o morador sai de lá sem alguma resposta ou satisfação, o que só é possível porque a associação mobiliza a vida mercantil local. Tem-se, assim, um tipo novo de clientelismo, baseado em um sistema de trocas que ocorrem entre agentes localizados no interior do próprio território da favela, o que lhe confere maior

autonomia em relação aos agentes tradicionais externos a ela, inclusive em relação ao sistema político”.

Esta “autonomia em relação ao sistema político”, a que se refere Burgos, é certamente limitada e, pelo que se pode observar, ocorre muito mais ao nível do discurso do que propriamente na prática. Faz parte da retórica dos diretores da AMAT reforçar continuamente esta pretensa independência em relação ao poder público, e a até mesmo às ONGs:

“Aqui somos punidos porque somos uma comunidade sem violência. (...) Repare bem, só ganham verba essas comunidades em que se cometem barbaridades. (...) aqui, o pessoal acha que não precisa investir porque a Associação já faz tudo (...) Concordo que a gente já faz quase tudo sozinho, mas se [a favela] recebesse apoio poderia, fazer muito mais.”

Às parcerias, como as mantidas com entidades como o Viva Rio e o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), não parece ser dada a importância devida. Note-se que o IETS mantém na favela o Observatório Social de Favelas, cuja principal tarefa é, conforme seu estatuto, “articular as diferentes contribuições de seus diversos atores sociais em torno de proposições de políticas públicas e de ações paralelas ao Poder Público, que sejam capazes de promover a cidadania e a melhoria das condições de vida em Travessia”. Do mesmo modo, várias obras de melhoria implementadas pela Prefeitura são muitas vezes tomadas como realizações da AMAT. Tentativas de se fazer frente, ou ao menos atuar à margem da associação de moradores, são raras. Depois de poucos meses, a Associação de Comércio e Indústria de Travessia (ACIRT), cujo objetivo era desenvolver ainda mais o comércio da favela através da regulamentação e legalização de suas atividades, acabou não sobrevivendo às fortes pressões da AMAT, que passou a vê-la como “ameaça ao monopólio da representação” (Farias, 2002:146). Do mesmo modo, uma das voluntárias do projeto Pré-

Vestibular para Negros e Carentes nos revelou que são constantes as pressões da diretoria da AMAT para que as aulas passem a ser realizadas em sua sede e que a insistência dos envolvidos no projeto em manter sua autonomia é vista como afronta pessoal.

Para além do centralismo alimentado pela associação, ou graças a ele, a vida associativa de Travessia e a rede de serviços que é colocada à disposição de seus moradores parecem ser tão dinâmicas quanto seu mercado imobiliário (uma casa em Travessia pode chegar a custar o mesmo que um apartamento de dois quartos na zona norte da cidade) ou sua vida noturna. O levantamento realizado em 2003 pelo Observatório Social de Favelas expõe a radiografia de uma favela com 16 centros religiosos, três rádios comunitárias, uma TV local com sete programas diários, cinco instituições de saúde (apenas uma gratuita), duas creches do governo e três ONGs (Projeto Plantando o Futuro, Centro Social Leo Magalhães, Pré-Vestibular para Negros e Carentes) e cinco instituições de ensino (todas governamentais e gratuitas).

3.4. A metáfora da guerra e os “meninos do dedo”

Na década de 1970, o comércio de drogas ilegais estava pulverizado nas mãos de pequenos grupos, praticamente se restringia à venda de maconha para a classe média e o uso de armas pelos traficantes ainda não era generalizado. Misse (1999:16) sugere que o “grande divisor de águas continua a ser, na percepção social e na maioria das análises, a entrada da cocaína nas antigas ‘bocas de fumo’ cariocas, entrada que dataria do final dos anos 70”. Em uma perspectiva complementar, Machado da Silva (1994:91) identifica na crise econômica e política dos anos 80 “o elemento central de estímulo à organização e racionalização do crime organizado”. Note-se que neste período torna-se cada vez mais visível a corrupção policial e o tráfico de armas que vai ampliar o potencial bélico dos traficantes.

Os impactos das características mais gerais acima apontadas sobre a atuação do tráfico de drogas no Morro do Chatô à época podem ser percebidos na narrativa da Dra. Marlene:

“Quando cheguei era outro Chatô. Subi a pé. (...) tive que passar no meio de uns caras com armas. (...) [O tráfico era] Muito pior [do que atualmente]. O Elias [à época, chefe do tráfico local], quando o visualizei, me voltou a imagem do Lampião¹¹. (...) o padre [Heitor] me apresentou a ele porque todos que entrassem lá tinham que ter o aval dele. Era uma pessoa supereducada, atenciosa para falar, apesar daquela arma toda. [Sobre o poder de Elias] Também, com aquelas armas que ele andava, aqueles pentes de balas... quem não era [poderoso]? Acredito que o poder dele era (...) era o terror”.

Ao final dos anos 1980, o Chatô era conhecido, mesmo fora do Rio de Janeiro, como uma das favelas mais perigosas da cidade e Elias, um dos chefes mais temidos. Aquele momento era de conflagração que atingiu seu ápice em meados dos anos de 1990. As disputas entre o Comando Vermelho e o Terceiro Comando -- este último, no início da mesma década, estendeu seus domínios à Cascatinha, dividindo o morro entre ambas as facções --, e as constantes e discricionárias incursões policiais, produziram não só a morte de moradores inocentes da favela e do “asfalto”, como também muitas baixas entre os traficantes e os policiais. A “metáfora da guerra” (Leite, 2001), utilizada por Marlene, fazia e continuou a fazer, nos anos subseqüentes, pleno sentido na apreensão social -- tanto no que se refere ao senso comum, quanto à interpretação acadêmica -- do incremento da violência urbana.

¹¹ A comparação alude à figura mítica do justiceiro que no sertão nordestino desafiava a autoridade dos coronéis junto com seu bando armado.

Ora, uma situação de guerra, em termos simbólicos, implica a luta entre inimigos, na qual um dos lados poderá, no limite, ser exterminado, mesmo que sob condições institucionalmente excepcionais. Este foi o caso da chamada “Operação Rio”, levada a efeito pelas Forças Armadas em várias favelas cariocas em meados de 1994, atendendo aos reclamos da população que se sentia acuada pelo acirramento da criminalidade violenta. O Chatô, considerado um dos principais pontos de tráfico da cidade, foi ocupado com 2000 homens. Conforme testemunho de Heitor, pessoas foram presas, torturadas e cometidas arbitrariedades.

Ao que sugerem os dados disponíveis, a situação começou a ser controlada pelas lideranças comunitárias locais, a partir de 1995, com a eleição de Seu Bonésio para presidente da Associação de Moradores. Liderança na luta contra a remoção, Seu Bonésio havia sido deposto do mesmo cargo pelo regime militar, sob a alegação de prática de atividades subversivas. Embora o tráfico tenha logrado interferir em administrações posteriores, vários entrevistados afirmaram mais ou menos o mesmo que José: “Hoje o Chatô é bem mais calmo, nós podemos ver resultados”. De fato, a favela não freqüenta constantemente as páginas dos jornais -- exceção feita para a ocasião da chacina que motivou a Caminhada pela Paz e seus desdobramentos -- e os vários projetos sociais encontram-se em pleno andamento. Nas inúmeras vezes em que os pesquisadores subiram o morro, não se depararam com traficantes armados, como é comum em outras favelas. Na realidade, só foram vistos os fuzis dos policiais no dia em que quatro moradores foram assassinados.

Esta calma ao menos aparente, armada, mas não de forma ostensiva, parece coadunar-se com uma corrente de pensamento e ação que, a partir da segunda metade da década de 1990, vem encontrando cada vez mais eco tanto no ambiente acadêmico, quanto

na agenda pública e das ONGs. Trata-se da tentativa de “pacificação da cidade” através da extensão dos direitos humanos e civis atoda a população e o controle das atividades policiais pela sociedade civil (Leite, 2001). Isto não significa, porém, que o Rio de Janeiro tenha passado a ser um oásis de paz. Na verdade, durante o curto mandato do PT no governo estadual (de 1/04 a 31/12 de 2002, na vacância do cargo, pois o governador eleito por partido então aliado, desincompatibilizou-se para candidatar-se à presidência), os conflitos se intensificaram e assumiram novas características, classificadas pela mídia como “estratégias de guerrilha”. Ocorreram, inclusive, ataques com o uso de granadas e outros explosivos a prédios públicos. O controle do tráfico sobre as populações faveladas não se afrouxou, e os moradores não reconquistaram plenamente alguns direitos básicos como, por exemplo, o de ir e vir. Em resumo, devido ao medo -- ou, como disse outra entrevistada, pelo terror -- os traficantes submetem a população à mais severa lei do silêncio que implica, inclusive, a incomunicabilidade entre membros da mesma família no que diz respeito às ações do tráfico:

“ (...) ali tem uma boca de fumo. (...) Somos mãe e filha, mas não comento com você nem você comenta comigo. Esse é o nível de pavor. (...) antigamente eles contavam mais e eu era mais ‘ouvido’ [dava mais atenção], mas como andaram eliminando as pessoas que sabiam, passei a não ouvir mais. Quando vinham me falar quem matou fulano, dizia: não sei nem quero saber” (Dra. Marlene).

A incomunicabilidade está presente também na relação dos moradores e de lideranças com a polícia, na qual todos os entrevistados demonstraram não confiar:

“(…) Para mim é uma estupidez o policial que vem no morro e pergunta para um morador (...) Eu sei, e quem mora no morro sabe. Falei para um policial uma vez: eu sei quem é,

como você também sabe. Mas não adianta você me perguntar, não vou te levar lá. (...) e ninguém vai. (...) Ficamos acuados porque? Porque a polícia vai embora. Eu não sou leal ao tráfico, estou ligado na violência que rola depois que a polícia se foi” (João).

Se as demandas da polícia, dentro de certos limites, podem ser negadas ou pelo menos contornadas com evasivas, as ordens dos traficantes precisam ser obedecidas a tempo e à hora, sem qualquer possibilidade de discussão, até porque estes últimos estão sempre presentes, enquanto os policiais se retiram. João, ao se referir à “estupidez” do policial ao indagar sobre algo que já sabe, deixa claro que a atuação da polícia é vista como ineficaz o que, aliado à corrupção e arbitrariedade, gera sentimentos de desproteção e insegurança coletivos que, eventualmente, podem estimular alguns moradores a acionarem os “meninos do dedo”. Se em Travessia, cabe a Marquinhos e às demais lideranças locais resolver rapidamente a violência de maridos contra suas mulheres, roubos e furtos na vizinhança, etc., no Chatô os convocados são os jovens envolvidos com o tráfico, sempre com o dedo no gatilho de suas armas. Em circunstâncias muito especiais, até mesmo as lideranças podem vir a se utilizar deste recurso. Mesmo que seja raramente utilizado, ele significa de qualquer forma o recurso “do bem” ao “poder da força”, o que evidencia que, ao menos em alguns aspectos da relação da população com o tráfico, a condenação moral não se coaduna com a atuação prática.

“ [Quando] era coordenadora da Pastoral, queríamos tirar uma lixeira da frente da creche (...). Todo dia colocávamos um cartaz: ‘Não joguem lixo, (...) estamos consertando’. Mas jogavam. Aí, tive que falar com quem manda e eles colocaram uma placa: ‘Não joguem lixo aqui porque a dra. Marlene está consertando. Assinado: Meninos do Dedo’. Ninguém jogou nem uma guimba de cigarro” (Dra. Marlene).

Ou seja, mesmo que baseado na submissão pelo terror, as entrevistas evidenciam a existência de um relacionamento com o tráfico que não é apenas obrigatório devido à contigüidade física, mas -- como no exemplo acima -- também pode ser instrumental. Parece consensual a noção de que, embora baseado em regras de comportamento extremamente rígidas e arbitrárias, os princípios que regem a “lei dos meninos do dedo” ou dos “comerciantes ilegais”, como prefere chamá-los a Dra. Marlene, são de conhecimento geral, da mesma forma que o são as regras impostas pela “mineira”, quer ela ainda exista em Travessia ou dela tenha sobrado apenas a mística.

Vale ressaltar que as organizações do tráfico de drogas vivem um momento novo em que as antigas lideranças, nascidas nos morros onde atuavam e com laços de amizade e parentesco que davam certa “legitimidade” ao seu domínio, estão sendo substituídas, muitas vezes através de sangrentas disputas por territórios, por agentes externos. Com frequência, pessoas com quem se conversou queixavam-se justamente de que hoje “os bandidos não respeitam mais a gente, fumam na nossa porta, batem nos mais velhos” e mencionavam com certa nostalgia o “Império de Elias” durante o qual todas as demandas eram atendidas e “a polícia não se metia a besta”.

Enfim, as entrevistas apontam para uma generalizada exaustão devido à convivência diária com a violência. No caso do Chatô, esta exaustão culminou com a forte, pacífica e eficaz reação da população à chacina já mencionada, movimento que, conforme uma entrevistada, pode revelar ao “povo” a força que não sabe que tem:

“(...) o povo não sabe a força que tem. Se resolver mudar este país, muda. (...) o povo se mobilizou com a morte desses meninos. Foi uma revolta muito grande saber que quatro trabalhadores tinham sido assassinados de forma tão horrível. (...) não agüentamos mais [a

polícia]. (...) Começamos com muito medo uma reunião, (...). Fizemos cinco reuniões ou seis, (...) para organizar e até que saiu legal. (...) Agora, estamos ao menos com esperança” .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema urbano brasileiro vem, ao longo das últimas quatro décadas, diversificando-se e conformando uma “constelação metropolitana”. A primazia urbana, exercida pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, vem caindo consideravelmente – tendência alias notada em varios países da América Latina desde a década de 1970 (Valladares & Coelho, 1995:4) – e já não são as cidades ou metrópoles mais populosas do país as que crescem mais rapidamente. A interiorização do Brasil, e o crescimento das cidades de porte médio, é hoje incontestável e este processo não parece estar ligado diretamente às políticas neoliberais mas a processos históricos mais profundos. A diversificação e complexificação do sistema urbano parecem ser menos dependentes do novo paradigma do que do desenvolvimento geral dos serviços coletivos (educação, saúde, transporte, cultura), do papel regional crescente de vários dos centros urbanos existentes, da política nacional de criação de pólos de desenvolvimento socioeconômico e do crescimento das camadas médias e de suas necessidades de consumo.

A análise aqui realizada do mercado de trabalho, no período 1980-2000, valida parcialmente a hipótese explicativa pelo modelo neoliberal. O trabalho formal diminui no Rio de Janeiro e o setor informal cresce mais substancialmente no Rio do que em nível nacional. No entanto o trabalho formal continua sendo majoritário no Rio e no conjunto do Brasil seu peso permanece estavel. O emprego em órgãos públicos continua a ter uma certa relevância, o que relativiza a tese do “Estado Mínimo”. Crescem as desigualdades sociais tanto no caso da RMRJ como no país como um todo. Encontrou-se um crescimento

econômico nada desprezível nos anos 1990 para o país como um todo, ainda que com irregularidades e fragilidades. No caso do Estado do Rio de Janeiro, a recuperação da economia é clara desde 1998, não havendo, no entanto, nenhuma garantia de que a curva continuará ascendente. Os resultados sugerem, portanto, evoluções contraditórias no nível socioeconômico, o que convida o leitor a resistir à “visão catastrófica” que tende a predominar nos meios acadêmicos nacional e internacional.

No Rio de Janeiro, os serviços especializados sempre tiveram um lugar de destaque ao lado da informalidade ligada às atividades de baixa produtividade e qualificação. Vários estudos têm mostrado que, concomitante ao aumento do trabalho informal, vem se dando o aumento da escolarização, dos requisitos para o trabalho, das condições de moradia (sanitárias, programas de extensão de serviços públicos, regularização de áreas pobres e expansão do parque privado de moradias para a classe média). Todos com quem se conversou no Chatô e no Travessia destacaram as melhorias nas condições de habitabilidade, a ampliação de oportunidades educacionais e o maior acesso a bens de consumo, que em conjunto os colocam mais próximos às condições materiais de vida “do asfalto”. Mas foram também recorrentes as queixas sobre o preconceito e os abusos de que são vítimas cotidianamente. A conquista de um grau mais elevado de instrução não se fez acompanhar por maiores chances de inserção no mercado de trabalho nem lhes garantiu a superação do estigma de favelado. Não por acaso, são os jovens os mais frustrados diante da dificuldade de concretização de expectativas que lhes foram acenadas como dependentes apenas de seu esforço individual. Talvez isso se deva, ao menos em parte, à ineficácia de políticas de proteção social, que reduzem a desigualdade.

Se não é possível associar diretamente crescimento da pobreza e crescimento da criminalidade (os dados relativos ao Rio de Janeiro mostram que não há uma relação

mecânica entre este e o desemprego), parece razoável associar indiretamente neoliberalismo e tráfico de drogas, que encontra em um contexto de desregulamentação financeira, de valorização social dos lucros monetários e de redução da legitimidade do Estado, terreno propício à sua expansão.

Ao buscar novas formas de regulação do conflito social, o Estado brasileiro passa a trabalhar em conjunto com o mercado e a sociedade civil, isto é, através de parcerias. Assim como o processo produtivo se desverticaliza e flexibiliza, o Estado se reorganiza sob a forma de redes, o que se traduz na redução da esfera pública, na relevância que se dá ao papel da sociedade civil e em políticas sociais estatais pensadas por e implementadas em redes. Por via de consequência, fragmenta-se o Estado como interlocutor das demandas dos segmentos populares, que já não se percebem como categoria social com interesses definidos, e as transforma em simples reivindicações por melhorias pontuais na qualidade de vida. Dito de outro modo, estas transformações de caráter mais geral na relação Estado-sociedade civil acabaram por se refletir em ações coletivas que já não se conduzem tanto por parâmetros ideológicos ou partidários, mas sim por princípios pragmáticos e focais.

Em uma perspectiva complementar, o que vimos e ouvimos no Chatô e em Travessia nos leva a cogitar outras interpretações possíveis. A despeito das críticas que muitos autores e alguns segmentos da militância possam fazer sobre a visão neoliberal e instrumental do papel das ONGs e dos movimentos populares, tanto no Chatô quanto no Travessia, pragmatismo “focado” e universalismo comportam-se menos como opostos e mais como lógicas que, apesar de intrinsecamente incompatíveis, têm convivido sob a forma de diferentes arranjos de compromisso. E, a despeito da perspectiva crítica que se assumiu ao longo deste relatório em relação à postura populista e ao clientelismo posto em prática pela atual diretoria da AMAT, o fato é que Travessia tornou-se exemplo de favela pacífica,

levando à conexão com adjetivos positivos o que, no limite, põe em xeque a identificação apressada entre pobreza e criminalidade. O fato de uma casa de shows localizada no centro de Travessia receber semanalmente centenas de jovens da zona sul do Rio de Janeiro, se não aponta para o fim das desigualdades sociais, ao menos acena com a possibilidade de um convívio menos marcado pelo medo. Em outras palavras, em meio à insegurança que tomou conta dos cariocas, independente da posição social ou lugar de moradia, Travessia é percebida pelo senso comum como uma favela diferente das outras, na medida em que tornaria possível e extensiva às demais favelas, “a vitória da comunidade sobre o mal” encarnado no tráfico.

No caso do Chatô, não parece equivocado ler a gestação do movimento pela paz presenciado pelos pesquisadores e o trabalho realizado pelas organizações que atuam nas favelas como um processo de acumulação de capital social que vem desde as lutas pela permanência na terra, passa pelas afinidades remotas e presentes da associação e lideranças locais com um ideário de esquerda e desemboca em uma manifestação de não aquiescência ao poder do tráfico e à arbitrariedade da polícia. De qualquer forma, o movimento e seus desdobramentos sugerem que os participantes da Caminhada pela Paz sentiram-se protagonistas, e não simples parceiros, de sua própria história.

Diante de tudo isto, parece inviável a nova versão de “dois Brasis”: de um lado, o Brasil moderno, formal, globalizado; de outro, o Brasil da informalidade, da exclusão social e econômica, em uma versão um pouco modificada da representação corrente do “terceiro mundo”. Mais pertinente seria a visão de um Brasil complexo, o que implicaria a utilização de outras categorias capazes de dar conta desta complexidade, operando-se de maneira menos reducionista. No Brasil de hoje as classes médias são cada dia mais importantes, seja

em termos numéricos seja em termos de seu padrão de consumo de bens e serviços, mas sua presença permanece como que « invisível » no panorama geral das análises.

Não se trata aqui, evidentemente, de minimizar a importância das evoluções negativas, da miséria, nem o crescimento das desigualdades sociais. Mas é importante lembrar que um esquema de oposição binário impede que se perceba uma sociedade cada vez mais atravessada por movimentos e questões contraditórias, como é o caso da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

- Abramo, Lais e Montero, Cecilia. “A sociologia do trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 40, 2º semestre 1995, pp. 65-84.
- Abreu, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar/IPLANRIO, 1987. 147p.
- Adorno, Sérgio. “A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático”. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 35, 1º semestre 1993, pp.3-24.
- Alkmim, Antonio Carlos. “A Morfologia Sócio-Espacial da Favela de Rio das Pedras”. In: Burgos, Marcelo (org.). *A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, 2002. pp.105-34.
- Alvito, Marcos. “Um Bicho-de-Sete-Cabeças”. In: Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (org.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. pp181-208.
- Anuario Estadístico da América Latina e do Caribe, 2002. Naciones Unidas – CEPAL, Chile.
- Ascher, François. *Metapolis ou l’avenir des villes*. Paris, Odile Jacob, 1995.
- Boltanski, Luc e Chiapello, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- Burgos, Marcelo Baumann. “Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro - as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: Zaluar, Alba; Alvito, Marcos (orgs.). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp.25-60.

Burgos, Marcelo (org.). *A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, 2002.

Caldeira, Teresa Pires. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP/Editora 34, 2000.

Camargo, José Marcio (org.). *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1996.

Cano, Ignácio e Ribeiro, Eduardo. “Mapas de Risco da Violência, Análise Territorial da Violência Letal no Estado do Rio de Janeiro – estudo comparativo da Região Metropolitana: 1980, 1991, 2000. Texto produzido para o Relatório Final da parte brasileira do Projeto “Urbanization and Models of Development Latin American”, 2003, 30p.

_____ e Santos, Nilton. *Violência Letal, Renda e Desigualdade Social no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.

Cardoso, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. Sao Paulo, Boitempo Editorial, 2003.

Carneiro, Leandro Piquet. “Para medir a violência”. In: Pandolfi, Dulce Chaves et alii (orgs.) – *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999, pp.165-178.

Carrano, Paulo César Rodrigues. “A Sociedade em Redes”. In Novaes, Regina; Porto, Marta; e Henriques, Ricardo (orgs.). *Juventude, Cultura e Cidadania*. Comunicações do ISER, Ed. especial, ano 21, 2002. pp.91-105.

Carvalho, José Murilo de. “Elias, maluco?”. *Jornal O GLOBO*, 18 de junho, 2002, p. 7.

_____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Castro, Nadya Araujo e Leite, Marcia de Paula. “A sociologia do trabalho industrial no Brasil”. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*, n. 37, 1 semestre 1994, pp. 39-59.

CEDEC. *Mapa de Risco da Violência : cidade de Salvador*. São Paulo, CEDEC, 1997.

CEDEC. *Mapa de Risco da Violência : cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo, CEDEC, 1997.

CEDEC. *Mapa de Risco da Violência : cidade de Curitiba*. São Paulo, CEDEC, 1996.

CEDEC. *Mapa de Risco da Violência : cidade de São Paulo*. São Paulo, CEDEC, 1996.

CEPAL-CELADE . “Urbanización y evolución de la población urbana de América Latina. 1950-1990”. *Boletín demográfico*, 2001.

Coraggio, José Luis. *Economía popular urbana: una nueva perspectiva para el desarrollo local*. Instituto del Conurbano/UNGS, Programa de Desarrollo Local. San Miguel, Pcia. de Buenos Aires, 1998.

Cunha, J. M. Pinto da. *Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina*. Santiago de Chile, CEPAL-CELADE, 2002.

Dagnino, Evelina. “Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil”. In Dagnino, E. (org.), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002a. pp.9-15.

_____. “Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil”. In Dagnino, Evelina (org.), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002b. pp.279-301.

Diniz, Eli. « Globalização, ajuste e reforma do Estado ». *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*, n.45, 1º semestre 1998, pp. 3-24.

Doimo, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A Vez e Voz do Popular. Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós70*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995. 353p.

Domingues, Jorge Luiz Ferreira. *Tempo de Colheita: o crescimento das igrejas evangélicas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Sociologia - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

Farias, Luiz Kleber Rodrigues. “A Representação de Interesses em Favelas: Vida e morte da Associação de Comércio e Indústria de Rio das Pedras”. In: Burgos, Marcelo (org.). *A Utopia da Comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, 2002. pp.135-48.

Fausto Neto, Ana Maria Quiroga. “Violência e Dominação: as favelas voltam à cena?”. *Revista Sociedade e Estado*, v.10, n.2, jul./dez., 1995. pp.417-38.

Fernandes, Rubem César. *As Denominações Evangélicas no Grande Rio*. *Revista do Rio de Janeiro/UERJ*, Rio de Janeiro, Ano 1, n.2, 2º sem., 1993. pp.8-22.

Flores, Enrique Ortiz. “A Produção Social do Habitat: opção marginal ou estratégia transformadora?” Oficina “Cidade, Justiça Social e democracia”, Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2003. pp.24-34.

Fortuna, Affonso A.P. e Fortuna, João P. “Associativismo na Favela”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.8, n.4, out./dez., 1974. pp.103-13.

Freire-Medeiros, Bianca e Chinelli, Filippina. “Favela e Redes Solidárias: Formas contemporâneas de mobilização e organização popular no Rio de Janeiro”. Relatório final do projeto “Latin American Urbanization in the Late Twentieth Century: a comparative study”, coordenado por Alejandro Portes e Brian Roberts.

Gohn, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997a. 383p.

_____. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997b. 172p.

Heringer, Rosana Rodrigues. “A Indústria da Segurança Privada no Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado. IUPERJ. Rio de Janeiro, 1992.

Hirata, Helena e Préteceille, Edmond. “Trabalho, Exclusão e Precarização Socioeconômica – o debate das ciências sociais na França”. Salvador: *Caderno CRH*, nº 37, jul./dez.2002, pp. 47-80.

IBGE. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000*. vol. 7. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

IBGE. *Censo Demográfico 2000. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo*. Rio de Janeiro, IBGE, 2001 b.

IBGE. *Economia Informal Urbana 1997*. Rio de Janeiro, IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento, 1999.

IPEA/IBGE/UNICAMP. *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana*. Publicado na Série “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”, nº 2. Brasília: IPEA, 2001.

IPLANRIO. Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 93/94.

Kant de Lima, Roberto; Misse, Michel e Miranda, Ana Paula Mendes – “Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia”. *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 50, 2º semestre de 2000, pp. 45-123.

Lavinas, Lena. “Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos”. Texto para Discussão nº 826. IPEA, set/2001, 29p.(Com a colaboração de Barros, Flávio; Marinho, Hêlvio e Duarte, Márcio).

Leeds, Anthony; Leeds, Elizabeth Rachel. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 327p.

Leite, Márcia Pereira. “Entre o Individualismo e a Solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, outubro/2000. São Paulo: ANPOCS, pp. 73-90.

Leite, Márcia da Silva Pereira. “Para Além da Metáfora da Guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca”. Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2001. 398p.

_____. e Bocayuva, Pedro Claudio Cunha. “A Cultura da Violência” (editorial). *Proposta*, n.66, set., 1995a. pp.3

_____. “Imagens, Escolhas e Dilemas de uma Cidade em Pé de Guerra”. *Proposta*, n.66, set., 1995b. pp.5-15.

Lima, Nísia Verônica Trindade. “O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)”. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989. 233p.

Lins, Paulo; Silva, Maria de Lourdes da. Bandidos e Evangélicos: extremos que se tocam. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, 1990. pp.166-73.

Machado da Silva, Luiz Antonio. “A Política na Favela”. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, mai./jun., 1967. pp.35-47.

_____. “Violência e Sociabilidade: tendências na atual conjuntura urbana no Brasil”. In Ribeiro, Luiz César e Santos Júnior, Orlando Alves dos (orgs). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. pp147-68.

_____. “A Continuidade do "Problema Favela". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.220-37.

_____. “Cidade, Democracia e Justiça Social”. Trabalho apresentado no Encontro Nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana, 06 a 08/06/2003. Rio de Janeiro, IAB.

_____. “Mercado de Trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento” . In: Santana, Marco Aurélio e Ramalho, José Ricardo (orgs), *Além da Fabrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. Sao Paulo, Boitempo Editorial, 2003, pp. 140-178.

Medeiros, Lidia A. “Atendimento à Pobreza no Rio de Janeiro Durante a Era Vargas - do Albergue da Boa Vontade aos parques proletários: a atuação do Dr. Victor Tavares de Moura (1935-1945)”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, 2002. 135p.

Misse, Michel. “Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação da Violência no Rio de Janeiro”. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. 416p.

Montes, Maria Lúcia Aparecida. “Violência, Cultura Popular e Organizações Comunitárias”. In: Alvito, Marcos e Velho, Gilberto (orgs.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. pp.218-231.

Morais, David. “Espaços Públicos: violência e medo na Cidade do Rio de Janeiro”. Documento de Trabalho publicado pelo Núcleo de Estudos sobre Segurança e Política Criminal/DATABRASIL/UCAM. Rio de Janeiro, julho/2003.

Musumeci, Leonarda. *As múltiplas faces da violência no Brasil*. Brasília: PNUD, 1998.

_____. “Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95”. Texto para Discussão nº 560. Estudo realizado para o projeto *Diagnóstico do Setor Serviços no Brasil* MICT/IPEA/Anpec. Rio de Janeiro, 1998.

Pandolfi, Dulce Chaves et alii (orgs.) – *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____ e Grynszpan, Mario. “Poder Público e Favela: uma relação delicada”. In Oliveira, Lúcia Lippi de. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 238-255.

Parisse, Lucien. “Favelas do Rio de Janeiro - evolução - sentido”. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1969. 231p. (Caderno do CENPHA, 5).

Pastore, José - *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo, Editora da USP, 1979.

Peralva, Angelina. *Violência e Democracia: O paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Perlman, Janice E. *O Mito da Marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 377p.

Portes, Alejandro e Hoffman, Kelly. “Las estructuras de clase en América Latina: composición y cambios durante la época neoliberal”. Série Políticas Sociais, número 68. Nações Unidas, CEPAL/ECLAC. Santiago de Chile, maio de 2003.

_____, Roberts, Bryan R. e Ward, Peter M. “Latin American Urbanization in the Late Twentieth Century: a comparative study”. Princeton, Austin, março de 2002, mimeo.

_____. “La Economía Informal y sus Paradojas”. In: Carpio, Jorge et al. (editores) *Informalidad y Exclusión Social*. Buenos Aires: OIT/Fondo de Cultura Económica, 2000.

Préteceille, E. “Division sociale de l’espace et globalisation – le cas de la métropole parisienne”. *Sociétés Contemporaines*, Paris, n°22-23, juin-sept.1995, pp.33-67.

_____. e Ribeiro, L. C. de Queiroz. “Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, vol. 14, n. 40, junho, 1999, pp. 143-162.

_____. e Valladares, Licia do Prado. “Favela, Favelas: Unidade ou diversidade da favela carioca”. In Ribeiro, Luiz César de Queiroz (org.) *O Futuro das Metrôpoles: Desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan; Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 2000. pp.375-403.

_____. (org.) “*O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*”. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000.

SAGMACS. “Aspectos Humanos da Favela Carioca”. O Estado de São Paulo – suplementos especiais (no. 1 – 13 de abril – Parte Geral; suplemento no.2 – 15 de abril – Parte Específica), São Paulo, 1960, 88p.

Santos, S. M. et. al. “Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996”. *Cadernos de Saúde Pública*. 17(5):1141-1151, set/out, 2001.

Santos, Wanderley Guilherme dos - *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Sassen, Saskia, *The Global City: New York, London, and Tokyo*. Princeton, Princeton University Press, 1991.

Scalon, Maria Celi – *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM, 1999.

Scott, Allen J. e Storper, Michael (eds), *Production, work, territory*. London, Allen and Unwin, 1986?

Silva, Patrícia F. G. da. “Mulheres - comunitárias, *personae* - viajantes. Classe, gênero, identidade e participação popular”. Tese de Doutorado, UFRJ/IFCS/PPGSA, 2003, 329p.

Soares, Luiz Eduardo et al. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER, 1996.

Storper, Michael. *The Regional World; territorial development in a global economy*. New York, London, The Guilford Press, 1997.

Souza Neto, Claudio Pereira de. “Balcao de direitos, retorica e mediação: notas sobre a possibilidade de uma metodologia juridica propria. In: Ribeiro, Paulo Jorge e Strozenberg, Pedro (orgs.) *Balcao de Direitos; resolução de conflitos em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001.

Teixeira, Ana Claudia Chaves. “A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade”. In Dagnino, E. (org.), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo, Unicamp: Paz e Terra, 2002. pp.105-42.

Valla, Victor Vincent (org.). *Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.

Valladares, Licia. “Associações Voluntárias na Favela”. *Ciências e Cultura*, v.29, n.12, dez., 1977. pp. 1390-1403.

_____. *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. “A Gênese da Favela Carioca; a produção anterior às Ciências Sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.44, out., 2000.

_____. e Medeiros, Lidia. *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro: Uma bibliografia analítica, 1906-2000*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ/UrbanData, 2003. p.479.

Valladares, Licia e Coelho, Magda Prates. “Urban research in Brazil and Venezuela”. In: Stren, Richard (org.) *Urban Research in the Developing World, volume three: Latin America*. University of Toronto, University of Toronto Press, 1995, pp. 43-142.

Valladares, Licia e Préteceille, Edmond. “Sistema Urbano, Mercado de Trabalho e Violência no Brasil e no Rio de Janeiro”. Relatório final do projeto “Latin American Urbanization in the Late Twentieth Century: a comparative study”, coordenado por Alejandro Portes e Brian Roberts.

Veltz, Pierre. *Mondialisation villes et territoires*. Paris, Presses Universitaires de France, 1996.

Ventura, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Waisselfisz, Julio Jacobo – *Mapa da Violência III*. Brasília, UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

Wanderley, Fernanda. “Pequenos negocios, industrialização local e redes de relações econômicas: uma revisão bibliográfica em sociologia econômica. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*, n. 48, 2º semestre 1999, pp. 15-50.

Zaluar, Alba. “Violência e Crime.” In: Miceli, Sergio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo:Ed. Sumaré, ANPOCS; Brasília, CAPES, 1999, pp.13-107.

Zaluar, Alba. “Medo e Política: A crise nas associações de moradores”. *Lei e Ordem*, n.47, ano 15, 1996. pp.25-27.

Zaluar, Alba. *A Máquina e a Revolta*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, 265p.

